

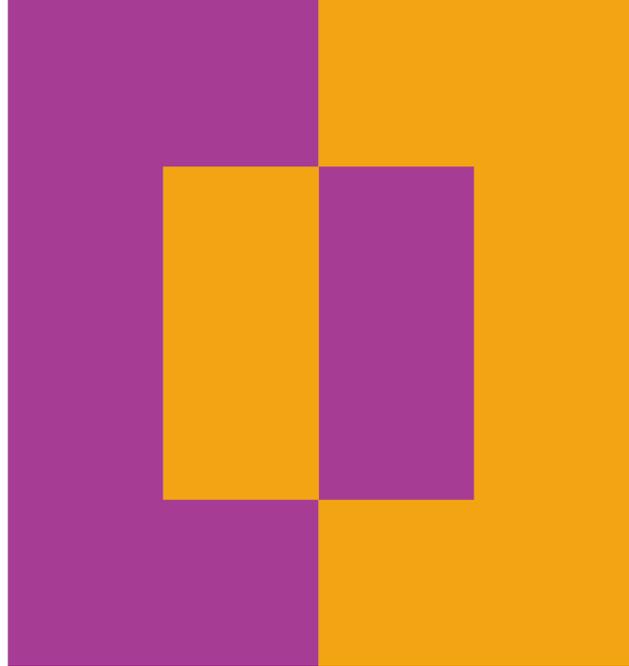
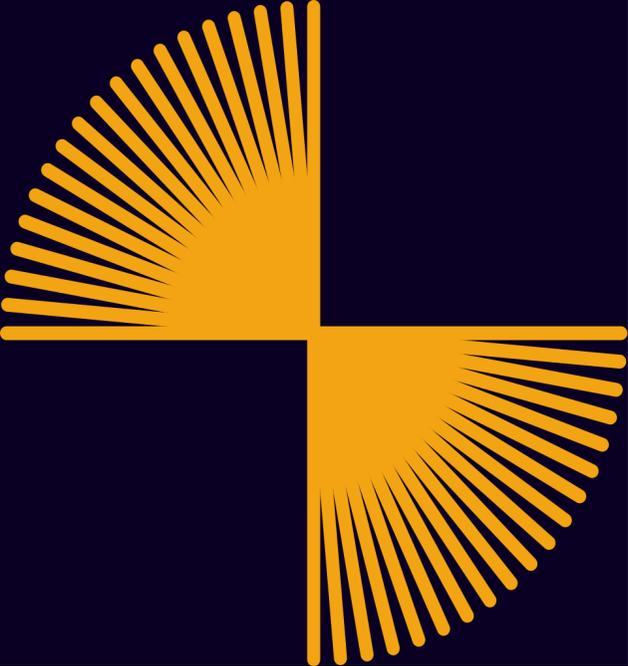


COP27

6-18

NOVEMBRO 2022

SHARM EL-SHEIKH
EGITO



umsoplaneta.globo.com

ACOMPANHE NOSSAS LIVES
NAS REDES SOCIAIS



SUMÁRIO

5 O QUE É A COP 27?

9 O QUE ESTÁ
EM JOGO NA COP27

20 O QUE MUDOU
DESDE A COP26

30 NEGOCIAÇÕES:
OS ATORES À MESA

38 A LIÇÃO DE CASA (SEM
FAZER) DOS PAÍSES

45 O QUE ESPERAR DO
GOVERNO BRASILEIRO

59 OPORTUNIDADES
PARA A BIOECONOMIA
BRASILEIRA

SUMÁRIO

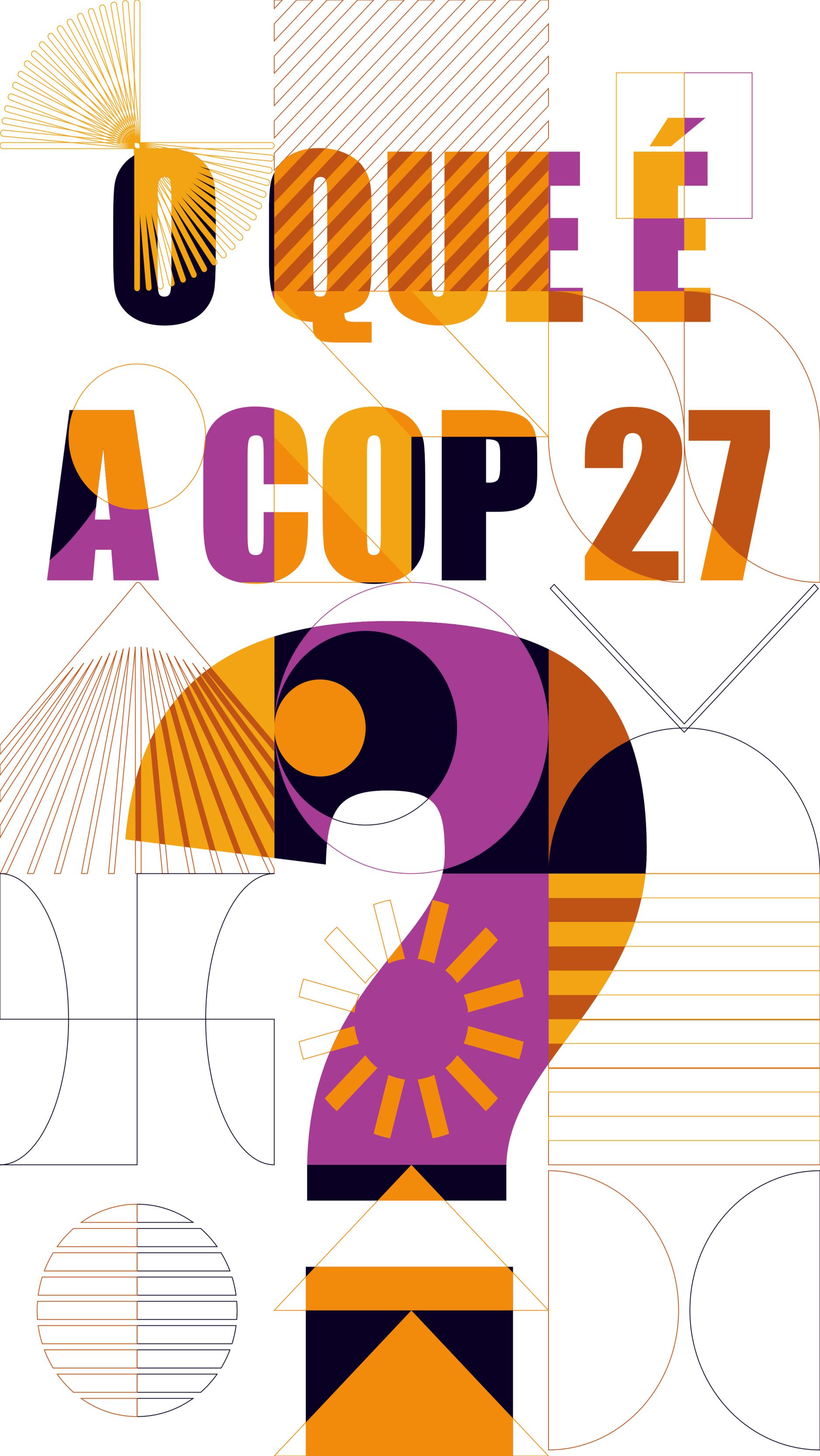
74 JUSTIÇA CLIMÁTICA
EM JOGO

87 O QUE ESTÁ EM JOGO
QUANDO O ASSUNTO
É FINANCIAMENTO
CLIMÁTICO

103 ELE BUSCA SOLUÇÕES
PARA AS CIDADES

121 RUMO À COP15
NO CANADÁ

129 CLIMA E
BIODIVERSIDADE:
É HORA DE TOMAR
PARTIDO



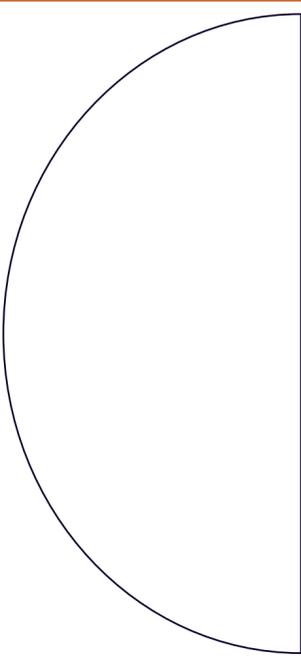
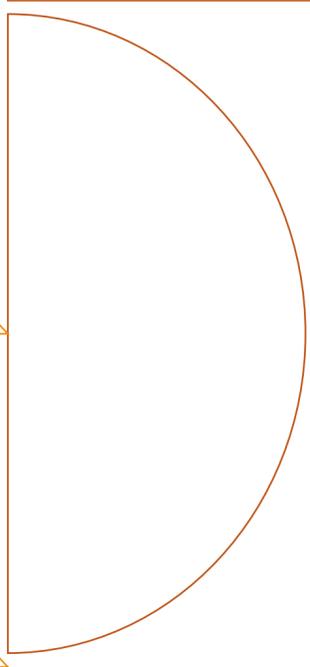
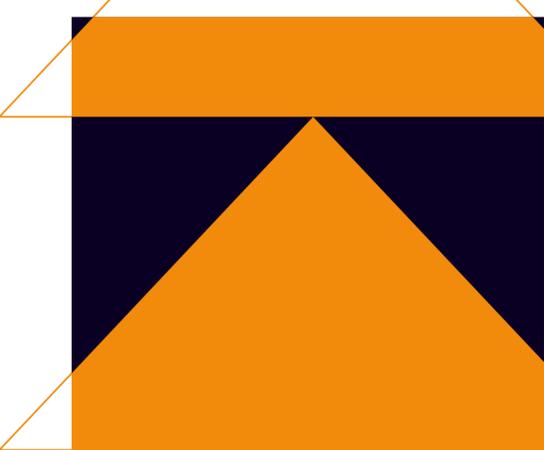
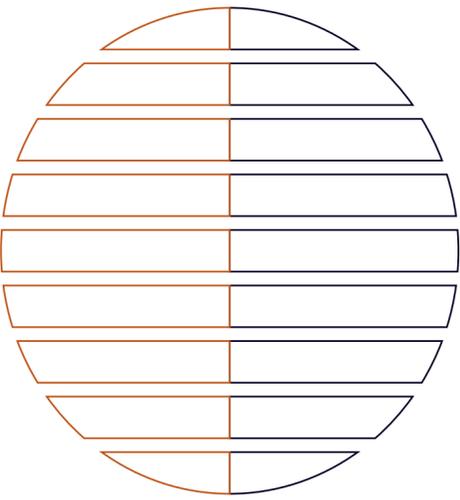
COOP

COOP

27

COOP

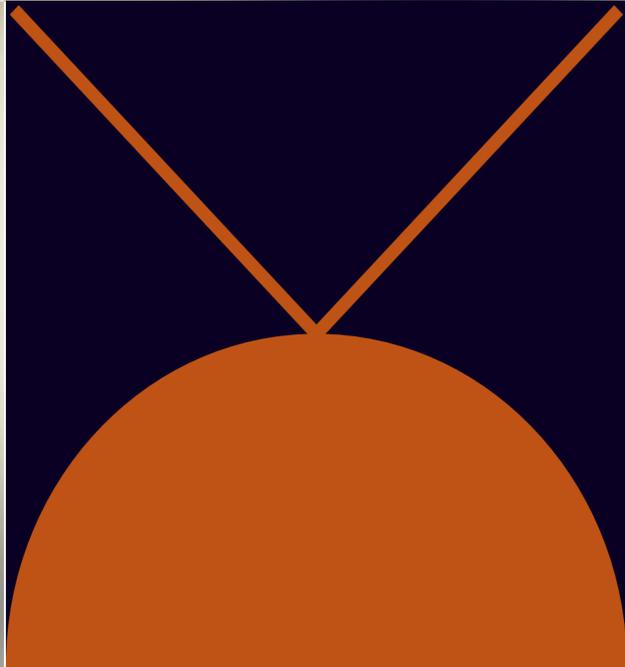
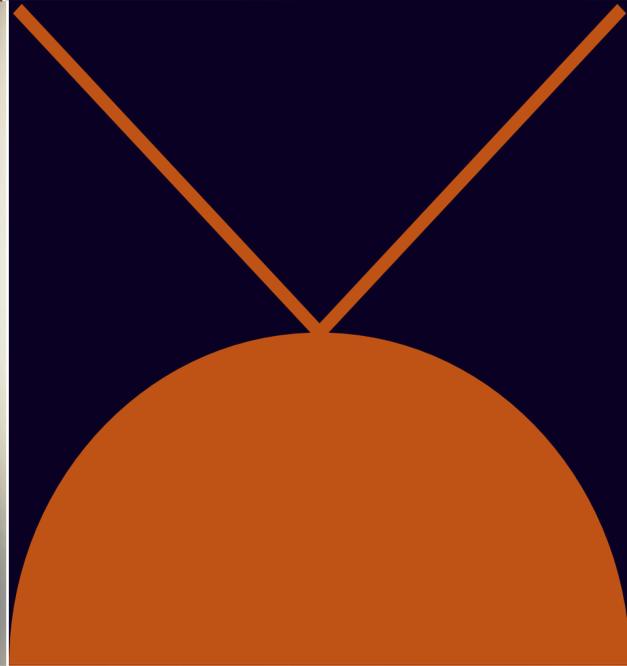
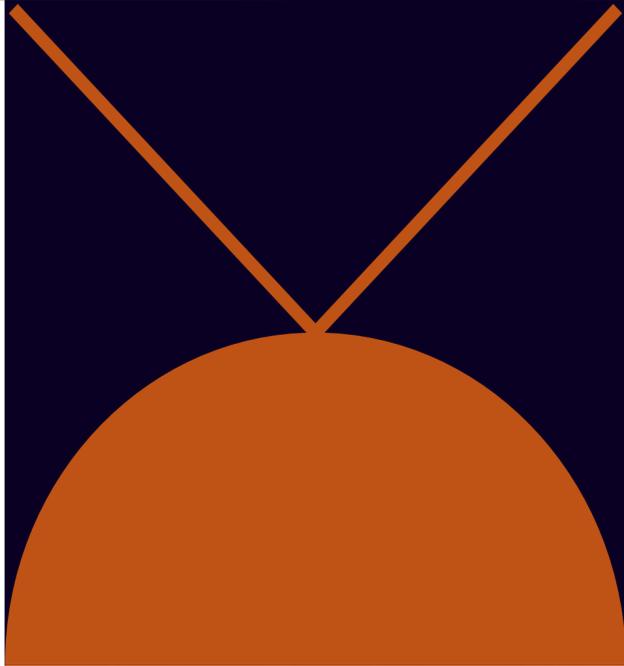
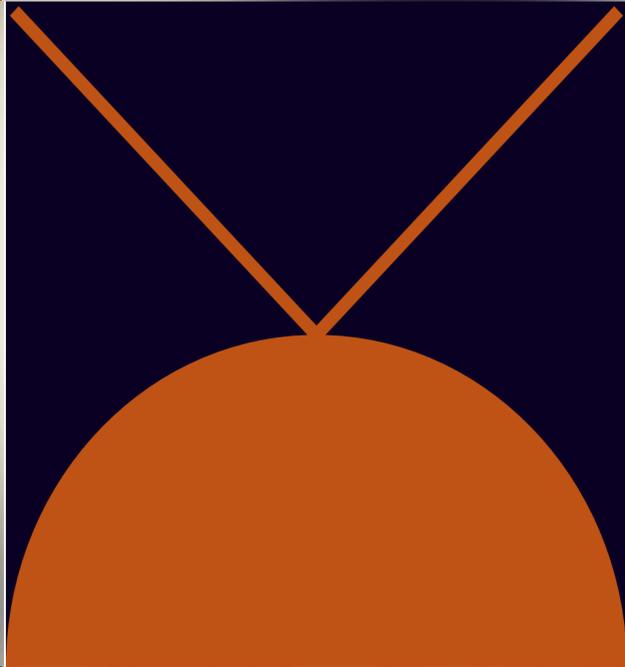
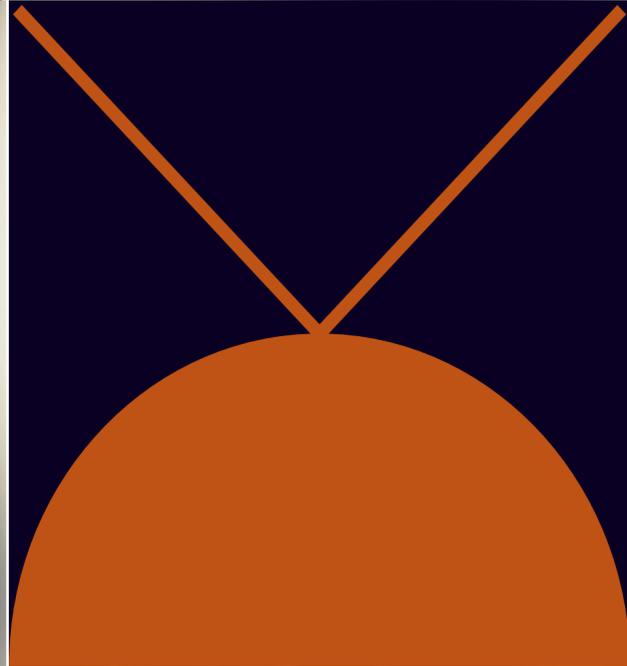
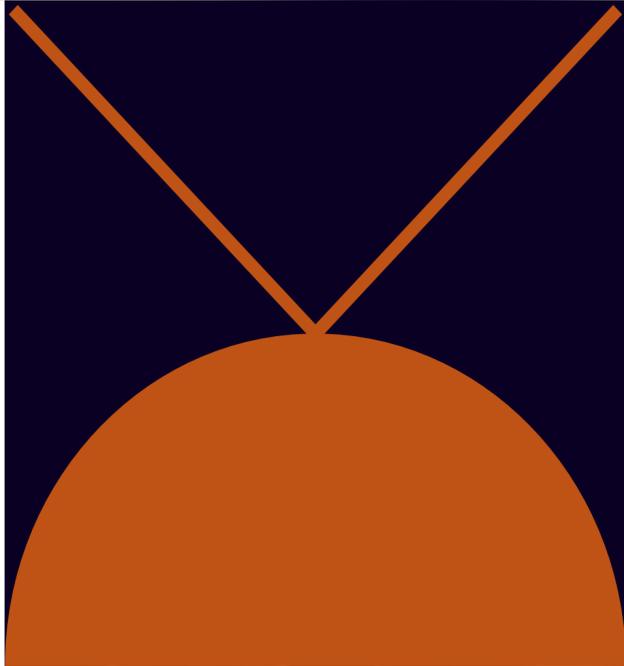
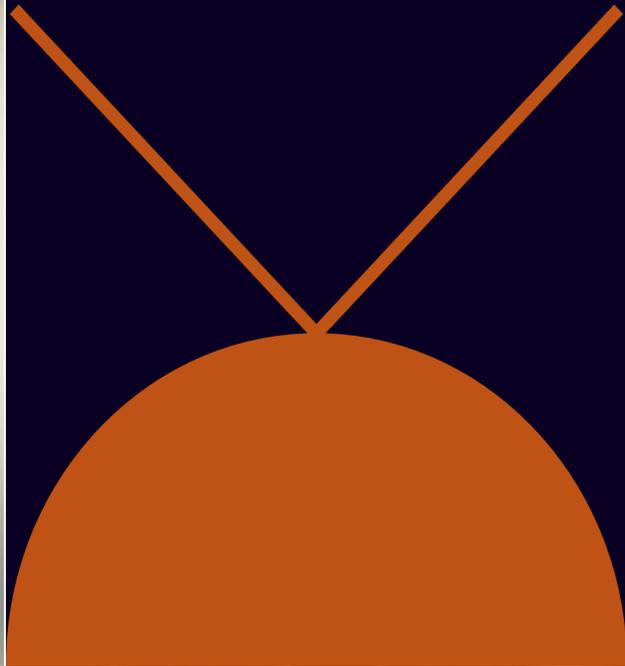
27



A Conferência das Partes (COP) é o órgão supremo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, adotada em 1992. É uma associação de todos os países membros signatários da Convenção, que se reúnem anualmente para avaliar a situação das mudanças climáticas no planeta. A primeira COP aconteceu em Berlim, na Alemanha, em março de 1995.

Cada reunião anual





ganha um número e, neste ano, será a vez da COP27, que acontece no Egito, em Sharm el-Sheikh. No ano passado, a COP26 aconteceu em Glasgow, na Escócia.

8



O QUE ESTÁ EM JOGO NA COP27?

✍️ POR JENNIFER THOMAZ



10

Conhecido como o berço da civilização, a partir de novembro de 2022 o Egito poderá ser o berço da implementação de ações necessárias para enfrentar a emergência climática. Durante duas semanas de novembro, entre os dias 6 e 18, os olhos do mundo estarão voltados para o destino turístico conhecido pelos luxuosos resorts de Sharm el-Sheikh, cidade que sediará a COP27. Um ano depois do encontro





realizado em Glasgow, na Escócia, o evento será o quinto do tipo no continente africano.

Na COP26, as partes – os países-membros da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática – fecharam o chamado livro de regras do Acordo de Paris, principal tratado climático criado em 2015 durante a COP21, na capital francesa. Agora, é mais do que urgente seguir para a etapa seguinte, mas



12

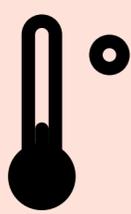
há dúvidas que terão que ser respondidas no Egito: como colocar em prática o que foi prometido para frear o aumento da temperatura do planeta? De onde tirar o dinheiro para financiar as medidas necessárias? E como agir de forma justa, sem deixar os países mais pobres e vulneráveis para trás, e responsabilizando os mais ricos, responsáveis pelos maiores níveis históricos de emissões de gases de efeito estufa?





Com questões inadiáveis, a expectativa é que a COP27 aborde pontos cruciais para que o encontro tenha resultados práticos no tempo presente, em vez de terminar com mais promessas para o futuro.

14



IMPLEMENTAÇÃO COM AMBIÇÃO: ainda é possível manter viva a meta de limitar o aquecimento do planeta em 1,5 °C – mas projeções demonstram que medidas urgentes



15

são necessárias para alcançar o feito. Por isso, além de implementar, é preciso que os países aumentem a ambição e se comprometam, de fato, com uma redução significativa de emissões de gases de efeito estufa.



ADAPTAÇÃO: reduzir as emissões de gases de efeito estufa é uma medida para frear o aquecimento do planeta, o que é uma ação de mitigação. Porém, os efeitos da mudança



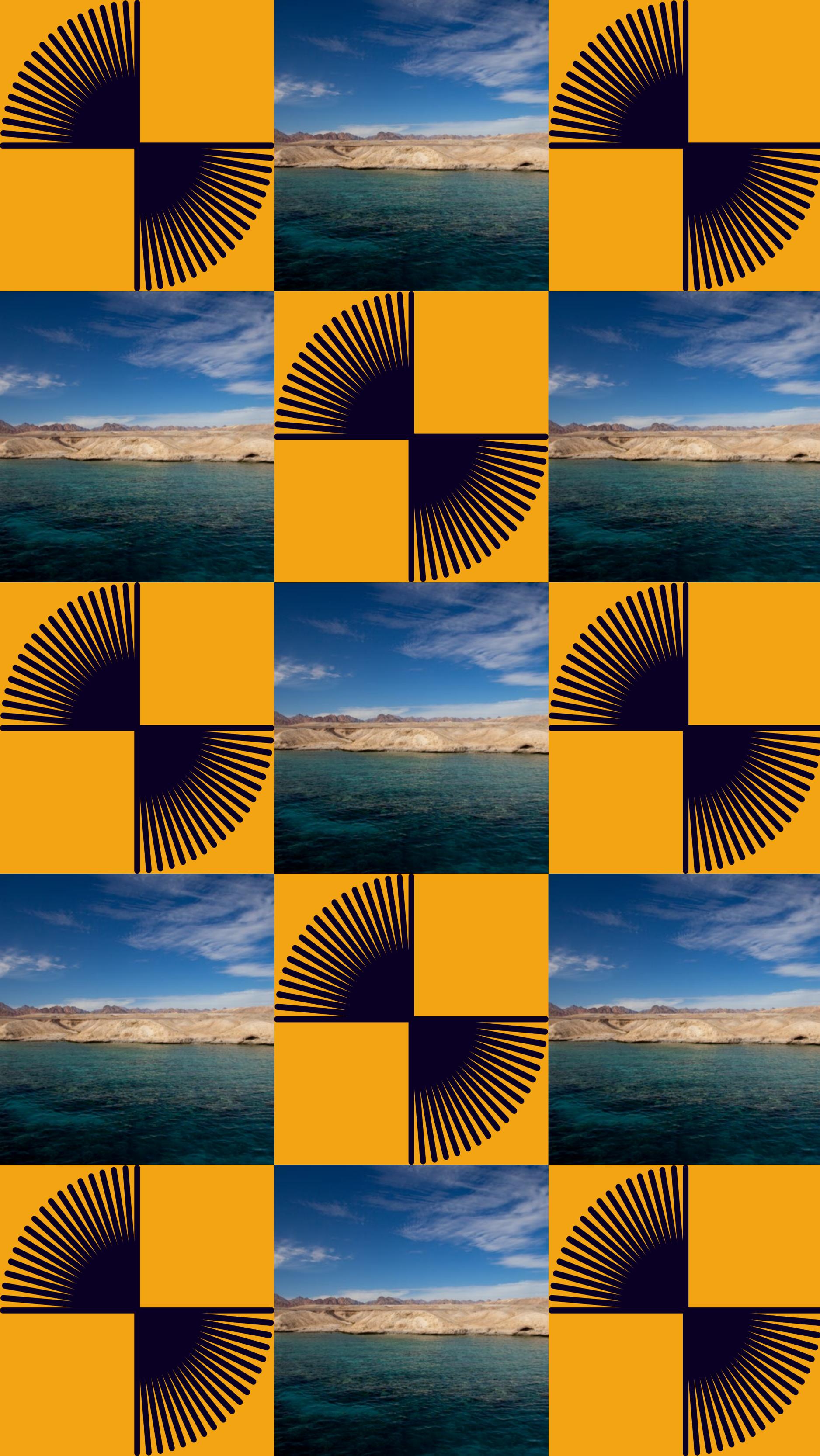
16

do clima já podem ser percebidos em diferentes regiões do mundo. Por isso, há uma demanda para que se crie um mecanismo de adaptação climática principalmente para os países em desenvolvimento, além dos esforços para a mitigação, pois há ameaças em curso que podem ser evitadas com as medidas adequadas.



PERDAS E DANOS: quando não há mitigação e adaptação,





18

há prejuízos com os efeitos da mudança do clima. Enchentes, deslizamentos, queimadas, entre outros eventos extremos, geram perdas econômicas e sociais nos locais atingidos. Para aqueles que estão com a conta do aquecimento global, a expectativa é que a COP27 traga alguma solução para endereçar as questões relacionadas a prejuízos climáticos.



DIREITOS HUMANOS:

apesar de todos os



problemas climáticos globais, a realização da COP27 no Egito levantou o debate sobre a garantia dos direitos humanos durante um evento conhecido por protestos e manifestações da sociedade civil. O Egito, que vive um regime autoritário, repreende e aprisiona ativistas. Para que a defesa do meio ambiente seja garantida, é essencial que as pessoas tenham liberdade para se manifestar nos países onde vivem.

O QUE MUDOU DESDE A COP26

 POR JENNIFER THOMAZ



21

Em 2021, o planeta começou a se adaptar à realização de grandes eventos em meio à pandemia de coronavírus. Originalmente, a COP26 deveria ter sido realizada em 2020 – como efeito da crise sanitária, a reunião foi adiada. No ano seguinte, com a disponibilidade de vacinas contra a covid-19, o clima foi de esperança: pessoas de todos os lugares do mundo se encontraram em um evento com



22

milhares de participantes para discutir o futuro do planeta. Ao final de duas semanas, tratados e promessas foram feitos, e a meta de manter o aquecimento do planeta em 1,5 °C sobreviveu a duras penas.

Meses depois, a realidade se impôs. A Rússia entrou em guerra contra a Ucrânia, o que colocou em xeque a segurança energética dos países do bloco europeu. Para não depender do



23

gás natural de Vladimir Putin, países como França e Alemanha, aguerridos defensores da redução de emissões de gases de efeito estufa, anunciaram que iriam retomar usinas a carvão, combustível fóssil que é o grande vilão do aquecimento global.

Em Glasgow, China e Estados Unidos – os dois maiores emissores do mundo, que juntos respondem por cerca de 40% da produção anual de carbono do mundo –



COP 27 | SHARM EL-SHEIKH | EGITO

PLANETA



25

fizeram uma declaração conjunta de cooperação para reduzir as emissões em prol do clima. Porém, o grupo de trabalho dos dois países foi rapidamente desestruturado após a visita da presidente da Câmara dos EUA, Nancy Pelosi, em agosto, a Taiwan, nação que se diz independente da China.

Menos de um ano depois do evento no Reino Unido, a rainha Elizabeth II faleceu, em 8 de setembro, e Charles





III assumiu o reinado. Conhecido por ser um ávido defensor do meio ambiente, ainda há dúvidas sobre como o monarca se comportará diante de questões globais.

26

Apesar das questões diplomáticas, a natureza não espera pelo tempo da humanidade. A Europa viveu uma onda de calor histórica: em julho, o bloco registrou um aumento de 16% de mortes em relação à média de 2016 a 2019 para o período, o que

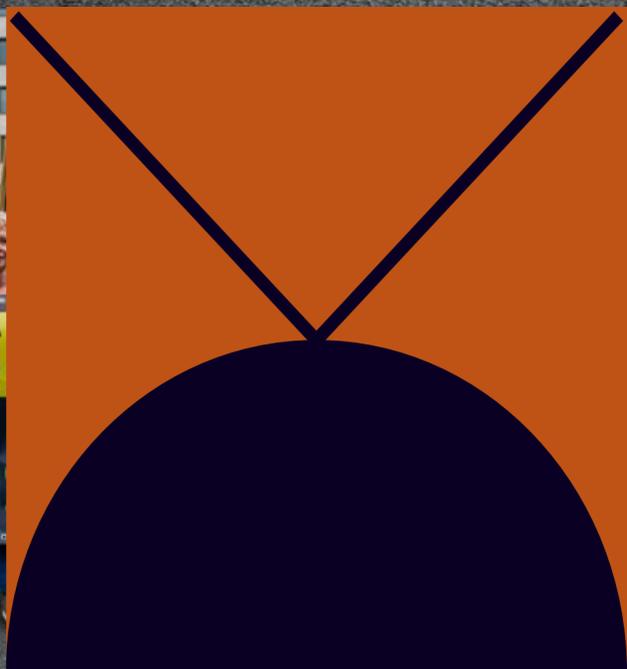
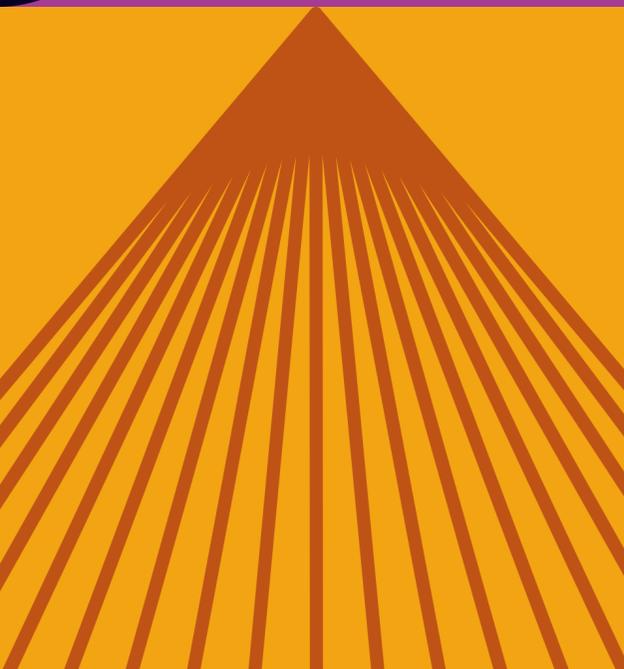


27

representa 53 mil óbitos a mais. Para se ter uma ideia, por causa do calor, as trilhas tradicionais nos Alpes se tornaram inseguras, por causa do risco de desmoronamento pela baixa cobertura de neve e o derretimento de geleiras. E pior: parte do continente ainda não sabe como vai enfrentar o inverno com uma potencial falta de combustíveis.

No Paquistão, 8 milhões de pessoas foram





deslocadas por causa de uma enchente histórica, que teve início em junho e cobriu dois terços do território do país. Mais de 1,5 mil pessoas morreram na tragédia, e 33 milhões de habitantes foram atingidos. Em reação aos impactos e às cenas chocantes da nação submersa, o secretário-geral da ONU, António Guterres, afirmou que a humanidade enfrenta um “suicídio coletivo” por causa da crise climática.

NEGOCIAÇÕES: OS ATORES À MESA



Em 2021, o planeta começou a se adaptar à realização de grandes eventos em meio à pandemia de coronavírus. Originalmente, a COP26 deveria ter sido realizada em 2020 – como efeito da crise sanitária, a reunião foi adiada. No ano seguinte, com a disponibilidade de vacinas contra a covid-19, o clima foi de esperança: pessoas de todos os lugares do mundo se encontraram em um evento com milhares de participantes para discutir o futuro do planeta. Ao final





de duas semanas, tratados e promessas foram feitos, e a meta de manter o aquecimento do planeta em 1,5 °C sobreviveu a duras penas.

Meses depois, a realidade se impôs. A Rússia entrou em guerra contra a Ucrânia, o que colocou em xeque a segurança energética dos países do bloco europeu. Para não depender do gás natural de Vladimir Putin, países como França e Alemanha, aguerridos defensores da redução de emissões de gases de efeito estufa,



anunciaram que iriam retomar usinas a carvão, combustível fóssil que é o grande vilão do aquecimento global.

Em Glasgow, China e Estados Unidos – os dois maiores emissores do mundo, que juntos respondem por cerca de 40% da produção anual de carbono do mundo – fizeram uma declaração conjunta de cooperação para reduzir as emissões em prol do clima. Porém, o grupo de trabalho dos dois países foi rapidamente desestruturado após a visita da presidente da





Câmara dos EUA, Nancy Pelosi, em agosto, a Taiwan, nação que se diz independente da China.

Menos de um ano depois do evento no Reino Unido, a rainha Elizabeth II faleceu, em 8 de setembro, e Charles III assumiu o reinado. Conhecido por ser um ávido defensor do meio ambiente, ainda há dúvidas sobre como o monarca se comportará diante de questões globais.

Apesar das questões diplomáticas, a natureza não espera pelo tempo da huma-



nidade. A Europa viveu uma onda de calor histórica: em julho, o bloco registrou um aumento de 16% de mortes em relação à média de 2016 a 2019 para o período, o que representa 53 mil óbitos a mais. Para se ter uma ideia, por causa do calor, as trilhas tradicionais nos Alpes se tornaram inseguras, por causa do risco de desmoronamento pela baixa cobertura de neve e o derretimento de geleiras. E pior: parte do continente ainda não sabe como vai enfrentar o inver-



no com uma potencial falta de combustíveis.

No Paquistão, 8 milhões de pessoas foram deslocadas por causa de uma enchente histórica, que teve início em junho e cobriu dois terços do território do país. Mais de 1,5 mil pessoas morreram na tragédia, e 33 milhões de habitantes foram atingidos. Em reação aos impactos e às cenas chocantes da nação submersa, o secretário-geral da ONU, António Guterres, afirmou que a humanidade enfrenta um “suicídio coletivo” por causa da crise climática.



A LIÇÃO DE CASA (SEM FAZER) DOS PAÍSES

✍️ POR MARIA CAROLINA ABE

United Nations
Climate Change



United Nations
Climate Change



UN CLIMATE
CHANGE
CONFERENCE
UK 2021

IN PARTNERSHIP WITH ITALY



Quase todos os governos do mundo deixaram de melhorar seus compromissos climáticos neste ano, quebrando uma promessa feita no ano passado, na Conferência do Clima da ONU, em Glasgow, na Escócia. Na COP26, todos os países concordaram em “revisitar e fortalecer” seus planos climáticos para 2030, para reduzir a distância entre a ação nacional e as metas de temperatura do Acordo de Paris.

O combinado era que enviassem as revisões até 23



de setembro, mas, até essa data, apenas 24 dos quase 200 países que assinaram o Acordo de Glasgow enviaram planos climáticos atualizados para 2030.

“O fato de que apenas 24 planos climáticos novos ou atualizados foram enviados desde a COP26 é decepcionante. As decisões e ações dos governos devem refletir o nível de urgência, a gravidade das ameaças que estamos enfrentando e a falta de tempo que temos disponível para evitar consequências devastadoras



da mudança climática”, disse, em comunicado, Simon Stiell, secretário-executivo de Mudança Climática da ONU.

Se os compromissos atuais forem mantidos, o mundo deve enfrentar um aquecimento de 2,5 °C até o final do século – acima da meta de 1,5 °C estipulada no Acordo de Paris.

O Brasil foi um dos países que atualizaram seu compromisso, em abril de 2022. O novo cálculo é mais ambicioso do que a versão atualizada de 2020, mas continua abaixo do compromisso





que o país havia assumido originalmente, em 2016. Na prática, isso significa que o Brasil pode emitir mais do que o estipulado na primeira proposta, ou seja, segundo os especialistas, houve uma “pedalada climática”.

43

“O governo do Brasil deve resolver em absoluto e definitivo o problema de atualizar sua NDC sem o devido aumento da ambição climática. As sucessivas demonstrações de retrocesso em relação ao que foi proposto em 2016 junto ao Acordo de Paris afetam



diretamente a credibilidade do país na esfera diplomática e financeira internacional”, segundo análise do Instituto Talanoa, think tank brasileiro dedicado à política climática.



O QUE ESPERAR DO GOVERNO DO BRASIL?



Ao longo dos anos, o Brasil desempenhou papéis importantes na diplomacia internacional em diferentes governos. A Convenção-Quadro da ONU sobre Mudança do Clima (UNFCCC, na sigla em inglês) foi criada em 1992, no Rio de Janeiro, durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como Rio-92, ou Eco-92. No decorrer dos anos, o Brasil atingiu em 2012 o nível mais baixo de desmatamento desde o início





do monitoramento, o que transformou o país em uma referência global de combate à destruição da floresta.

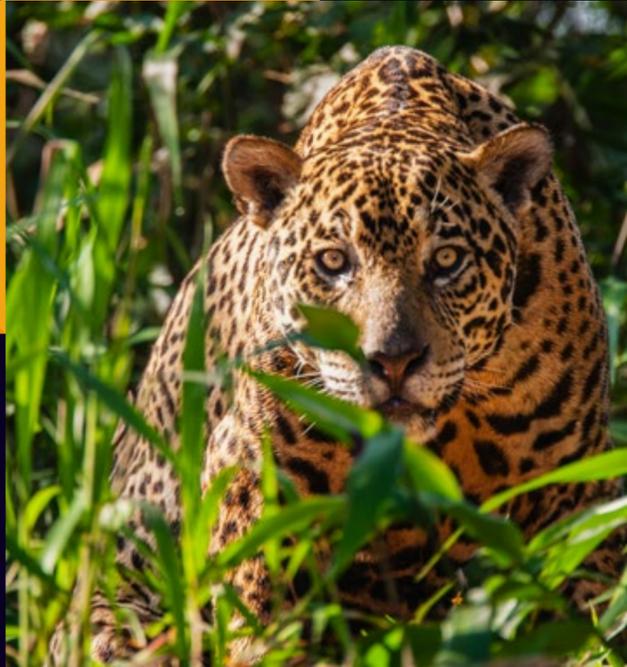
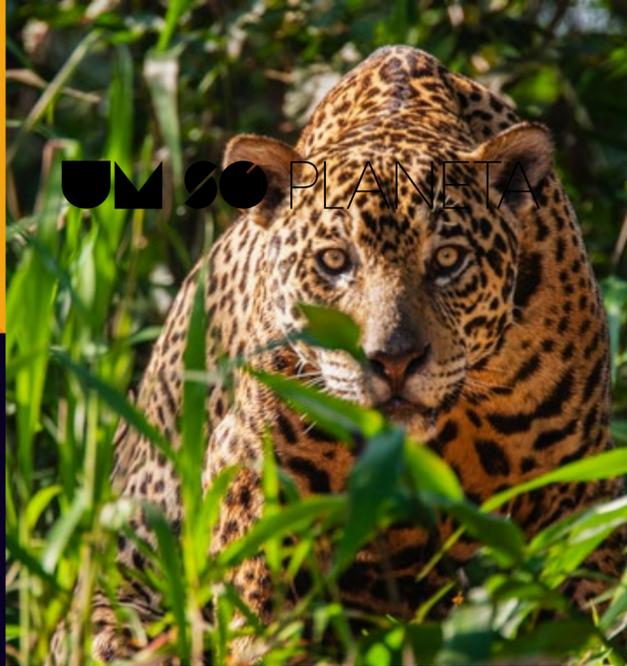
Em 2015, na COP21, quando o Acordo de Paris foi criado, a então ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, presidiu um dos grupos de ministros para fechar negociações que culminaram na ratificação do tratado. Apesar de não ser o maior ator em relação ao volume de emissões de gases de efeito estufa – Estados Unidos e China representam 40% das emissões –, o Brasil



era conhecido pelo soft power e pela habilidade de negociação. Porém, nos últimos anos, os índices recordes de desmatamento e a postura negacionista do governo Bolsonaro fizeram com que o país perdesse a credibilidade que tinha.

Na COP27, a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência da República, resultado obtido dias antes do início da conferência do clima, levará ao Egito outro tom do governo federal. Afinal, o resultado histórico de menor





índice de desmatamento foi consequência direta dos dois primeiros mandatos de Lula como presidente do Brasil, de 2003 a 2011. Porém, mesmo com a vitória, a delegação oficial brasileira ainda será do governo Bolsonaro, que terminará seu mandato em dezembro de 2022.

De acordo com o secretário-executivo do Observatório do Clima, Márcio Astrini, o governo Bolsonaro ainda será o oficial e o que vai participar de negociações e atos



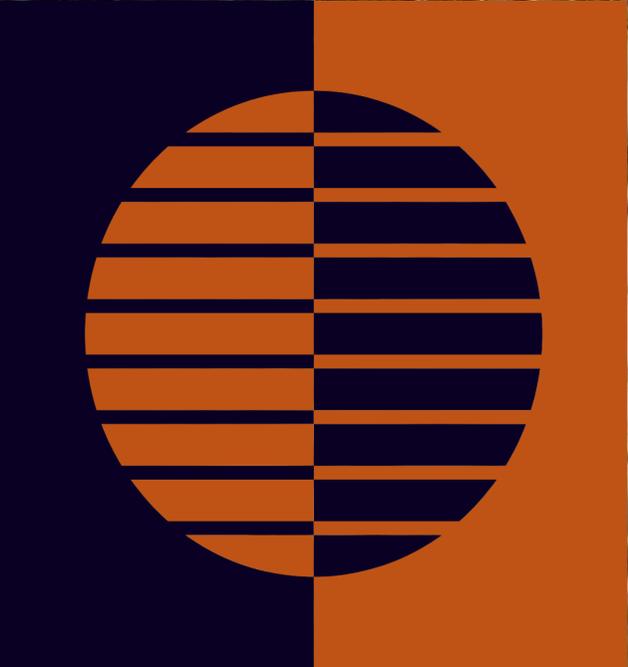
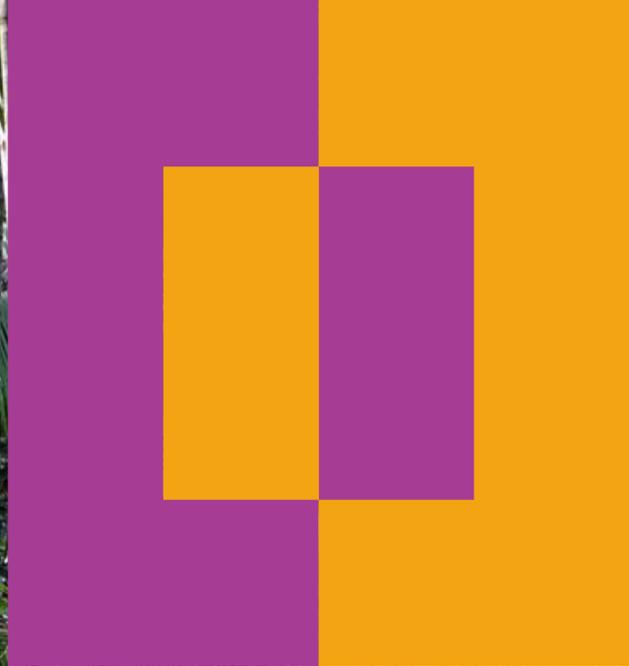
oficiais, mas, do ponto de vista do poder político, o governo será enxergado como um ex-governo em atividade. “Todos estarão na expectativa de ouvir o que representantes do governo Lula vão falar. A especulação será em cima disso, de quais serão as novas prioridades do governo e as novas taxas de desmatamento”, afirmou.

Com a nova gestão, há expectativa de submissão de uma NDC atualizada – a meta nacionalmente determinada – ao Acordo de Paris. As propostas



elaboradas durante o governo Bolsonaro foram duramente criticadas por diminuírem a ambição do Brasil na redução de emissões e por não darem clareza sobre como a conta foi feita. Em campanha, Lula afirmou que vai criar o Ministério dos Povos Originários, para ter um ministro indígena pela primeira vez na história do país. Caso a promessa seja cumprida, a iniciativa mostrará a valorização dos povos e comunidades tradicionais no combate à





mudança do clima, tema que vem crescendo em todo o mundo.

Em outubro, durante um evento na Câmara Americana de Comércio para o Brasil, em São Paulo, o ministro do Meio Ambiente, Joaquim Leite, afirmou que levará para Sharm el-Sheikh a ideia de que o Brasil é parte da solução para a crise energética que atinge países em diferentes regiões do planeta. No evento, Leite afirmou que “nossa energia está sendo olhada pelos outros países



como uma oportunidade de investimento. O que temos desenhado como estratégia é levar o Brasil das energias verdes e as oportunidades de consumo dessa energia”. É importante notar que o atual governo também incentivou a expansão de caras e poluentes termelétricas.

Ao mesmo tempo, os governadores da região amazônica decidiram que querem se posicionar no evento por conta própria. Pela primeira vez, os estados que abrangem a Amazônia terão um estande



próprio, com cerca de 120 metros quadrados. O novo presidente eleito, inclusive, deverá comparecer à COP atendendo ao convite da comitiva dos governadores da Amazônia, liderada pelo governador reeleito do Pará, Helder Barbalho, e do próprio governo do Egito.

Para Astrini, a eleição de Lula vai trazer um novo ambiente de cooperação entre as nações. “Os países vão, com certeza, se mobilizar em torno de um projeto para ajudar o Brasil. Existe uma boa





vontade grande com a troca de governo no Brasil, e isso pode significar avanços para nós”, afirmou. Com o novo governo, há a possibilidade de o Brasil se candidatar para sediar uma COP, iniciativa que foi descartada por Bolsonaro logo após a sua vitória nas urnas em 2018. “O Brasil vai voltar a ser tratado como a potência climática que sempre foi, pela perspectiva da solução e do lado correto da história.”



OPORTUNIDADES PARA A BIOECONOMIA BRASILEIRA

✎ POR GUSTAVO PINHEIRO*



A delegação brasileira chegará ao Egito ainda sob o peso da alta do desmatamento da Amazônia e sem resultados que possam restaurar sua credibilidade internacional, mas com muitas esperanças de reverter a tendência da última década.

A ciência é clara: se a proteção à natureza falhar e reduzirmos a integridade dos ecossistemas, a ação climática falhará, e vice-versa. Abordagens integradas para enfrentar ambos os desafios (climático e de



proteção da biodiversidade) nunca foram tão críticas. O sucesso da ação climática e o alcance dos objetivos do Acordo de Paris e um desenvolvimento mais sustentável, resiliente e inclusivo dependem cada vez mais de avanços também na adoção de decisões na Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB), em dezembro. Na COP26, pela primeira vez, o papel essencial da natureza na limitação do aumento da temperatura em até 1,5 °C foi reconhecido no Pacto



Climático de Glasgow.
Na COP27, será chave transformar o desafio em ação climática urgente.

Relacionadas à agenda de agricultura, florestas e uso da terra, as soluções baseadas em natureza foram por muito tempo relegadas a segundo plano até mesmo pelo governo do Brasil, que vê com desconfiança o interesse internacional pelos potenciais créditos de carbono de baixo custo. Justamente por ser barato capturar carbono com soluções baseadas em natureza é que o Brasil é o





país com o menor custo para redução de emissões.

É barato acabar com o desmatamento e com as queimadas no Brasil, mas o Brasil tem muito mais a oferecer ao mundo. Eliminar a ilegalidade é chave e política de Estado, mas é preciso também a emergência de uma nova economia regenerativa e baseada em nossa biodiversidade, uma economia da floresta em pé.

Mesmo com quase nenhum investimento, a natureza já contribui



com a neutralização de parte considerável das emissões brasileiras. Em 2020, o Brasil emitiu 2,2 bilhões de toneladas de CO_{2e} na atmosfera, mas as florestas secundárias em regeneração, as florestas em áreas protegidas e a nascente agricultura regenerativa sequestraram 636 milhões de toneladas de CO_{2e}. Segundo dados do Sistema de Estimativa de Emissões de Gases de efeito estufa (SEEG), as remoções reduziram as emissões líquidas brasileiras em 2020

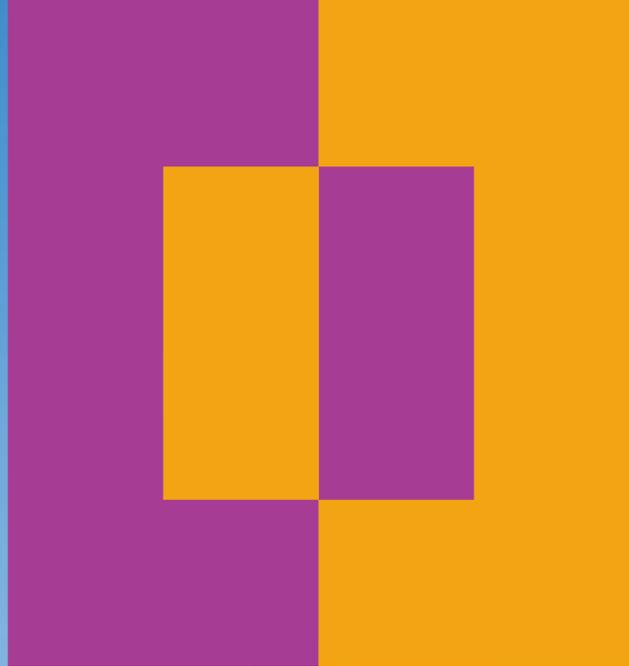
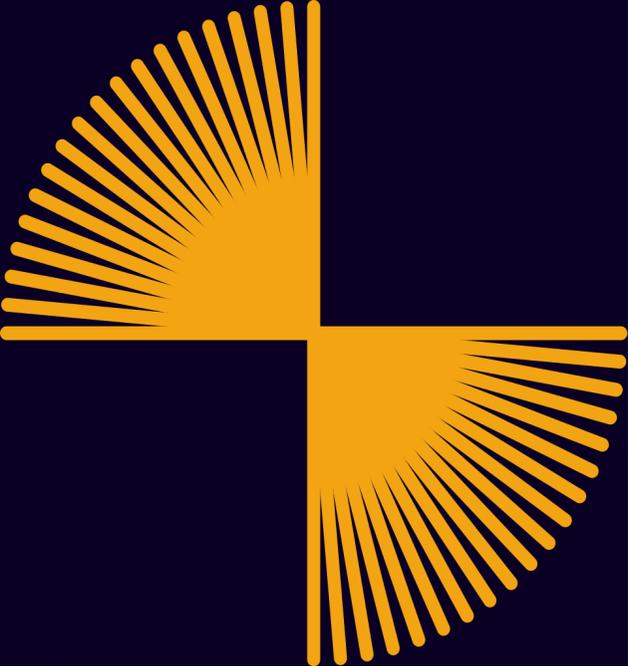


para 1,52 bilhão de toneladas de CO_{2e}, o que equivale a 30% das emissões brutas.

Segundo a consultoria McKinsey, em 2030 haverá uma demanda de até 2 bilhões de toneladas anuais de créditos de carbono no mercado voluntário, movimentando até US\$ 100 bilhões.

O Brasil é o país com o maior potencial de ofertar soluções baseadas em natureza, e a Amazônia é o principal ativo natural brasileiro. Ela desempenha diversos papéis para o





sistema climático global e regional. Além de ser um dos grandes estoques de carbono e um potencial sumidouro em larga escala, é responsável por um importante ciclo hidrológico, que distribui umidade por toda a América do Sul.

No entanto, o potencial de soluções baseadas em natureza no Brasil não está apenas na Amazônia. Em todos os biomas brasileiros há um enorme estoque de terras degradadas, com potencial para o desenvolvimento de modelos



produtivos regenerativos, que recuperem o solo e sequestrem carbono da atmosfera. O Brasil já é reconhecido em bioenergia, setor desenvolvido como resposta aos choques do preço do petróleo, meio século atrás. Temos enormes oportunidades em biomateriais, bioquímica verde e bioinsumos agrícolas.

Os créditos de carbono para mercado voluntário gerados no Brasil atualmente vêm majoritariamente de projetos de REDD+ e de geração de energia com



biogás em aterros sanitários, mas os volumes de créditos de mercado voluntário certificados anualmente não chegam a 1% do potencial estimado pela McKinsey.

Há uma grande oportunidade diante do Brasil para mobilizar os recursos necessários para recuperar a economia nacional, atraindo investimento internacional e criando novos empregos. A orientação do desenvolvimento para a bioeconomia oferece ao Brasil a possibilidade de substituir os impactos ambientais





negativos da energia fóssil pelas vantagens comparativas da bioeconomia. Esta é uma oportunidade de conciliar eficiência da economia, ganhos de produtividade relativa e dar um salto em inclusão social, ampliando o capital natural e reduzindo a demanda por saúde pública.

Com abundância de terras degradadas, energia solar, recursos hídricos e capacidade científica, o Brasil tem condições de ser líder nesta agenda e fazer a diferença na oferta de soluções baseadas em natureza. Para destravar o





73

potencial de oferta brasileiro, é preciso endereçar em conjunto as lacunas e barreiras regulatórias, estabelecer um sistema de governança para garantir a integridade do mercado e desenvolver e aprimorar metodologias para o contexto brasileiro. O que resta é saber se o Brasil irá aproveitar as oportunidades. Já não há outro caminho: é tempo de promover a bioeconomia brasileira.

*GUSTAVO PINHEIRO É COORDENADOR DE ECONOMIA DE BAIXO CARBONO DO INSTITUTO CLIMA E SOCIEDADE (ICS), MEMBRO DOS CONSELHOS DA CLIMATE VENTURES, AMAZ - ACELERADORA DE IMPACTO E DA AMAZON INVESTOR COALITION, TECHNICAL EXPERT DO FINANCE SECTOR EXPERT GROUP DA RACE TO ZERO E DO ADVISORY BOARD DA GLASGOW FINANCIAL ALLIANCE FOR NET ZERO (GFANZ)



JUSTIÇA CLIMÁTICA EM JOGO

✎ POR SABRINA NEUMANN



Cerca de dois meses separam a catástrofe climática que inundou o Paquistão e a COP27. Estimativas das Nações Unidas dão conta de que 33 milhões de pessoas foram afetadas, e pelo menos 8 milhões tiveram que deixar suas casas com as intensas chuvas que deixaram um terço do país debaixo d'água, provocando mais de 1,5 mil mortes. “O Paquistão nunca viu um exemplo tão forte e devastador do impacto do aquecimento global. A vida no país mudou



para sempre. A natureza desencadeou sua fúria no Paquistão sem olhar para nossa pegada de carbono, que é quase nada. Nossas ações não contribuíram para isso”, disse o primeiro-ministro, Shehbaz Sharif, ao pedir ajuda da comunidade internacional.

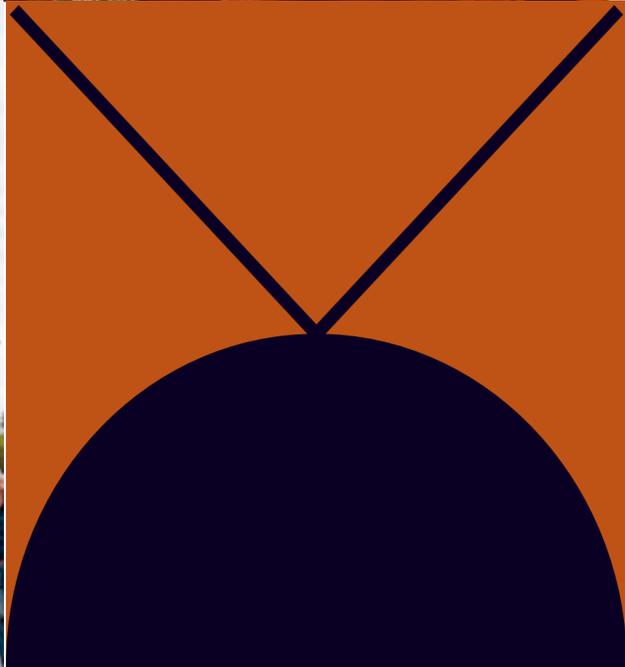
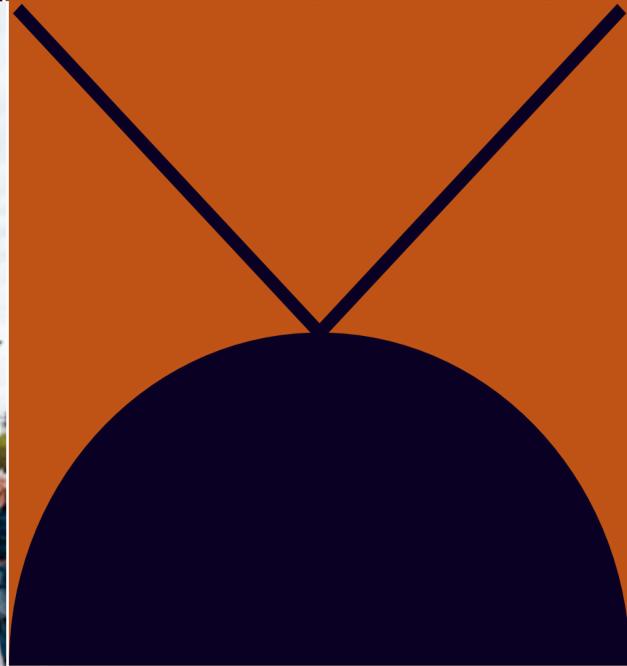
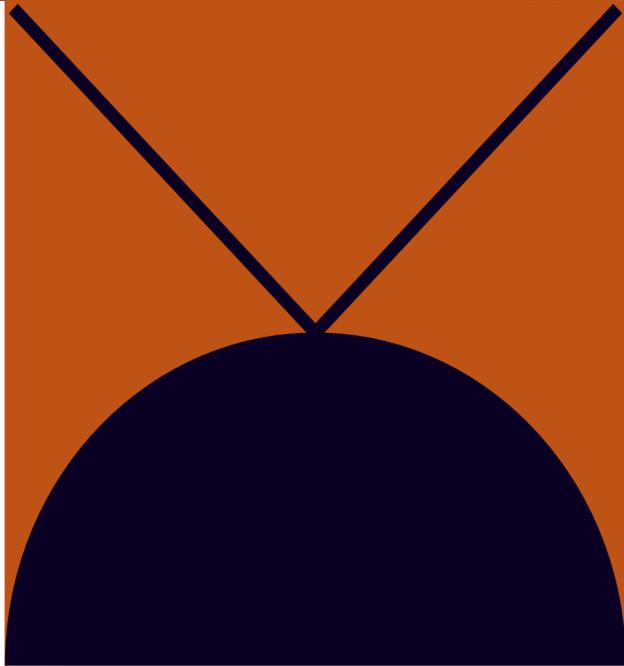
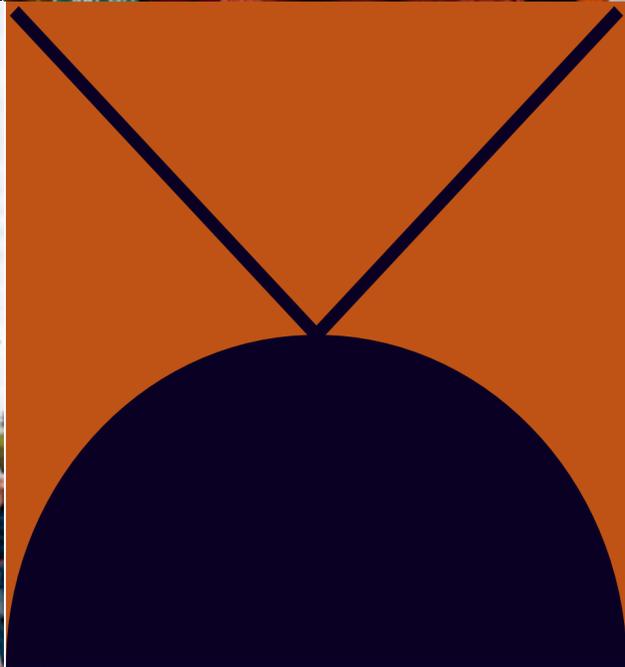
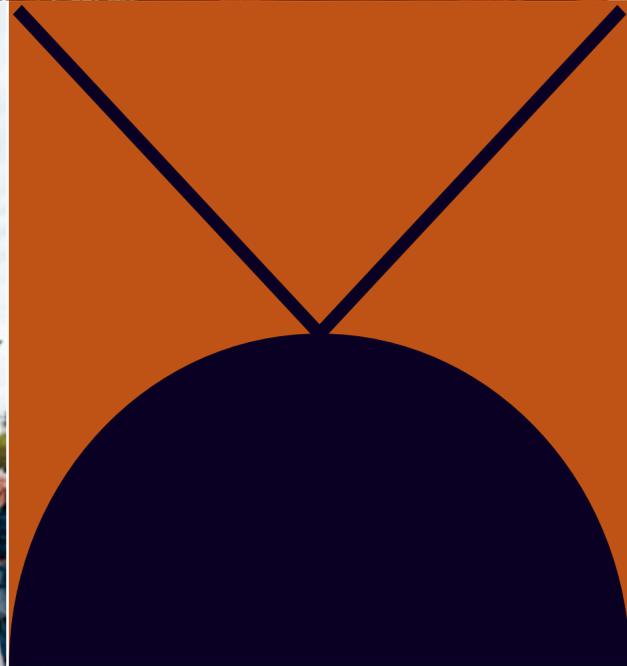
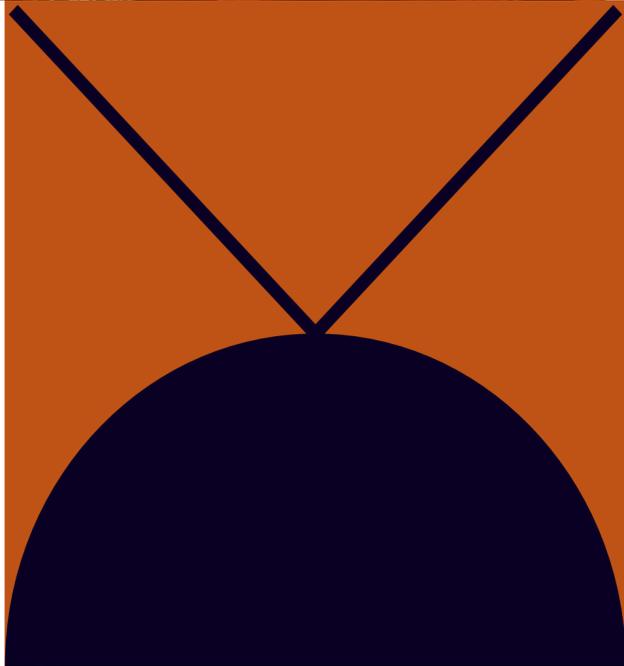
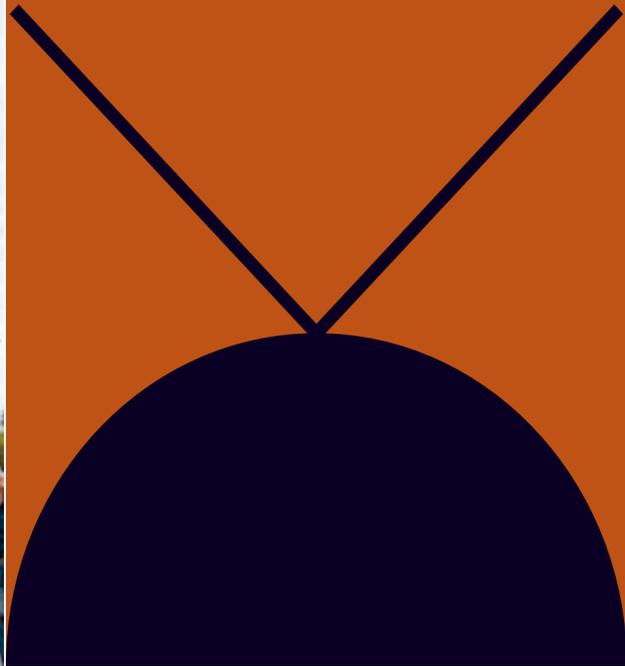
Apesar da intensificação de fenômenos climáticos extremos como este, a compensação por perdas e danos não entrou na agenda oficial dos debates técnicos pré-COP, realizados em junho, em Bonn,



na Alemanha. O tema não estava na pauta dos negociadores, aqueles que agem nos bastidores das COPs e ajudam a amarrar os acordos entre os países, mas deve sim permear as discussões de alto nível da conferência entre os líderes das nações que estarão presentes, afirmam especialistas.

Nos meses que antecederam a COP27, representantes de nações em desenvolvimento chamaram a atenção para a expectativa em relação ao financiamento





climático para perdas e danos, e também para a adaptação daqueles que historicamente contribuíram pouco para essa crise e não têm condições de pagar o alto custo que as mudanças no clima já estão impondo mundo afora.

79

Em outubro, durante um encontro para buscar soluções financeiras para os países mais vulneráveis, o ministro das Finanças de Gana foi enfático: “Demandamos que a COP27 estabeleça um mecanismo internacional de financiamento para as





perdas e danos causados pelas mudanças climáticas, em solidariedade com as vítimas menos responsáveis e menos equipadas para lidar com choques físicos extremos.”

80

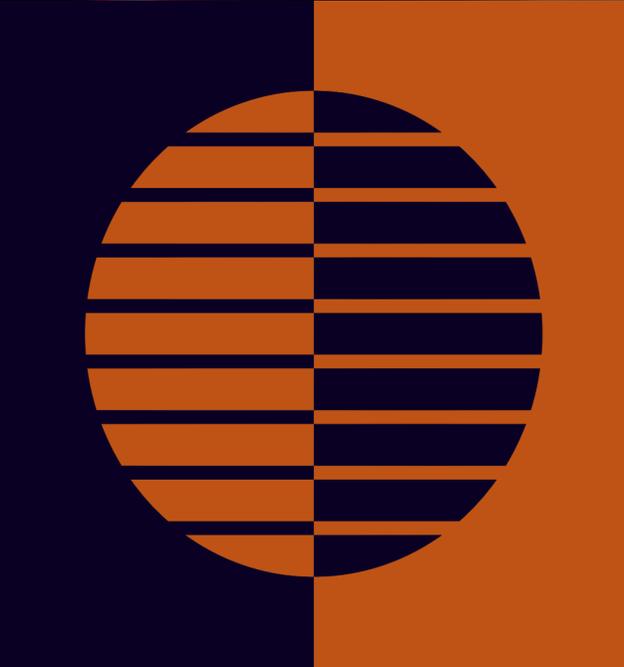
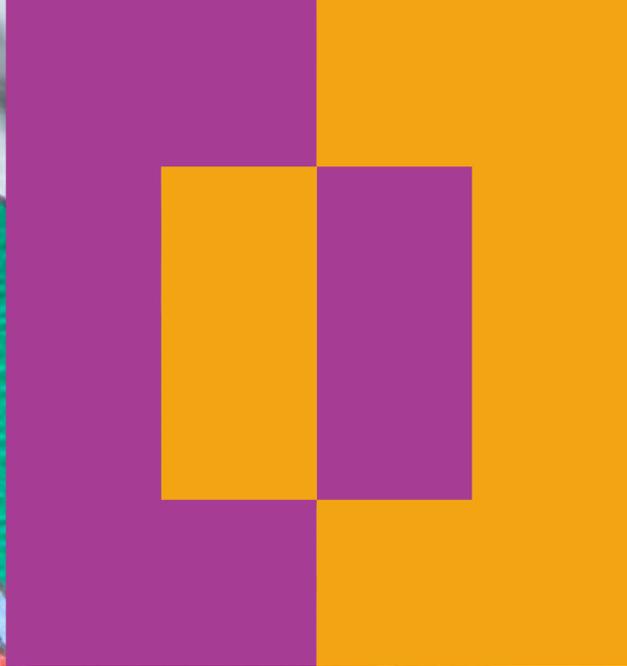
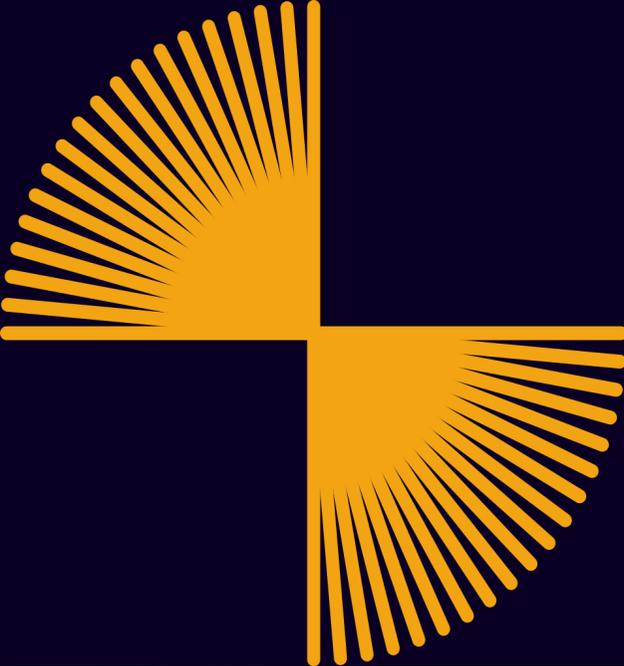
Com isso, na conferência do Egito, a quinta da história a ser realizada na África, os famosos US\$ 100 bilhões em financiamento climático para as nações mais pobres certamente voltarão à tona. A promessa foi feita em 2009, na COP15, e deveria ter sido cumprida até 2020.



No entanto, deve ficar apenas para 2023, segundo o novo prazo estipulado em Glasgow no ano passado, bem antes dos conflitos geopolíticos que tomaram as manchetes e a atenção dos líderes mundiais nos últimos meses.

Mesmo diante das dificuldades do cenário global, a urgência imposta pela intensificação de secas, furacões, enchentes e deslizamentos vem fazendo os países em desenvolvimento colocarem pressão para que o valor,





considerado inclusive insuficiente para o tamanho do desafio, seja pago o quanto antes. Do ponto de vista dos países em desenvolvimento, a COP27 será um fracasso se o financiamento climático dos mais ricos para os mais vulneráveis não for colocado na agenda.

Em entrevista ao Um Só Planeta, a especialista em política climática do Observatório do Clima Stela Herschmann afirmou que esse foi um dos temas que mais causaram tensão



durante a reunião pré-COP, em Bonn. “Quando a gente fala que está migrando para a fase de implementação, vem a reboque a questão do dinheiro, e o dinheiro pesa na questão da implementação.

84

Implementar não é mais só colocar a promessa na mesa. É fazer, e, para fazer, tem que colocar dinheiro”, disse ela.



O QUE É JUSTIÇA CLIMÁTICA?

85

Eventos climáticos extremos estão entre as maneiras mais nítidas pelas quais milhões de pessoas em todo o mundo já estão sendo impactadas pela crise do clima – e, entre as populações mais vulneráveis, muitas contribuíram pouco para o total histórico das emissões globais, causa maior do problema.

A justiça climática busca mostrar o quanto a crise do clima impacta grupos e pessoas de maneira mais ou menos grave.

O termo tem significados e interpretações abrangentes,



mas, em sua essência, está o reconhecimento de que aqueles que são mais impactados pelas mudanças climáticas tendem a não ser os maiores responsáveis por causá-las. A crise atual, afinal, não é apenas um problema ambiental: ela interage com sistemas sociais, destacando privilégios e injustiças, e afeta pessoas de diferentes classes, raças, gêneros, localidades e gerações de forma desigual.

O conceito de justiça climática visa também a abordar injustiças sistêmicas de longa data, e colocar na agenda dos líderes a proteção às populações mais afetadas pelas mudanças do clima.



O QUE ESTÁ EM JOGO QUANDO O ASSUNTO É FINANCIAMENTO CLIMÁTICO

✍️ POR PRISCILLA NEGREIROS*



A COP27 festejará um aniversário especial: há exatamente 30 anos era adotada a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), que marcou o início das negociações mundiais sobre como lidar com as mudanças climáticas. O debate sobre quem é responsável por financiar a transição para uma economia de baixo carbono é um tema central desde então. Na COP27, o financiamento climático continua como um dos principais tópicos da





agenda, mas há pouco o que comemorar.

O nível de financiamento climático global ainda está muito aquém do necessário – segundo o Climate Policy Initiative (CPI), foram investidos em média US\$ 632 bilhões por ano em 2019 e 2020, enquanto precisamos de investimentos na ordem de US\$ 4 trilhões anuais até 2030 para atingir os objetivos do Acordo de Paris. A COP27, chamada de a “COP africana” em referência à sua localização, tem a expectativa de chamar a atenção para



90

a falta de financiamento particularmente nos países da África, que sofrem alguns dos impactos mais severos das mudanças climáticas. O CPI estima que o continente africano precise de US\$ 277 bilhões anuais para implementar seus objetivos climáticos até 2030, mas investe apenas 11% desse valor atualmente.

Com o slogan 'Juntos para a implementação', a COP27 trata do financiamento em três grandes temas: como alcançar na prática os





US\$ 100 bilhões em investimentos prometidos pelos países desenvolvidos, a necessidade de financiar a adaptação, e a questão se o setor privado vai manter suas promessas de aumento de investimentos climáticos.

92

OS US\$ 100 BILHÕES POR ANO

Desde a COP15, organizada em 2009 em Copenhague, havia a expectativa que países desenvolvidos mobilizassem conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano até 2020 para atender às necessidades



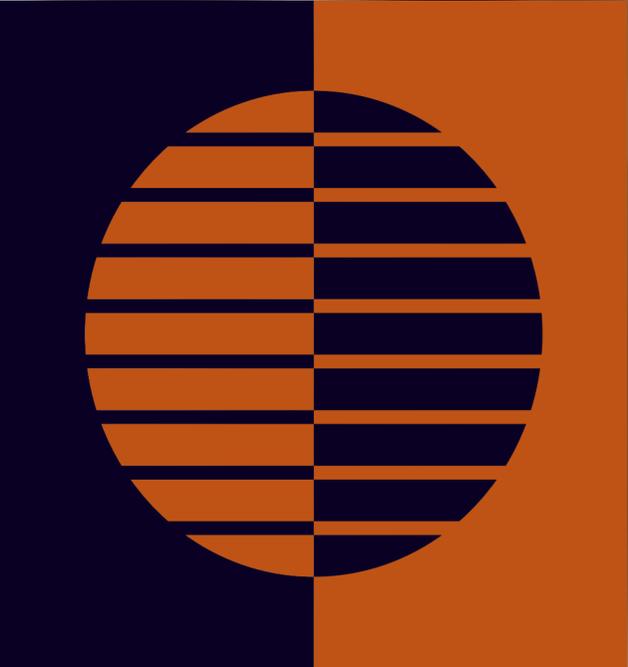
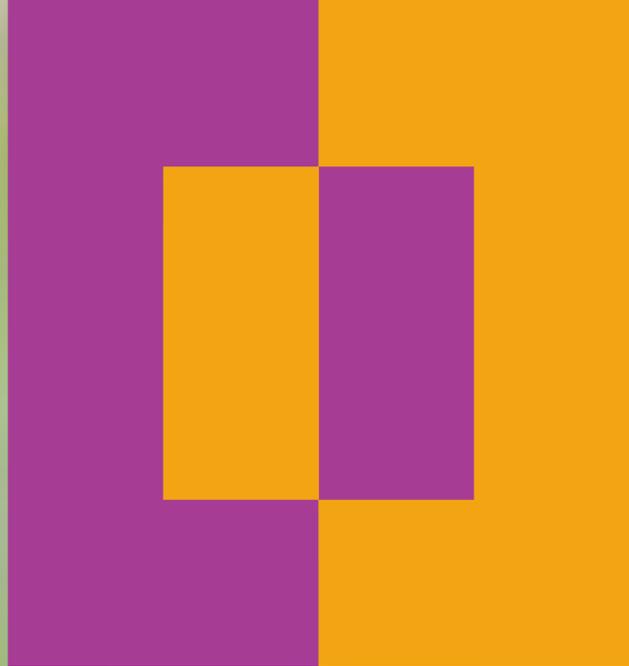
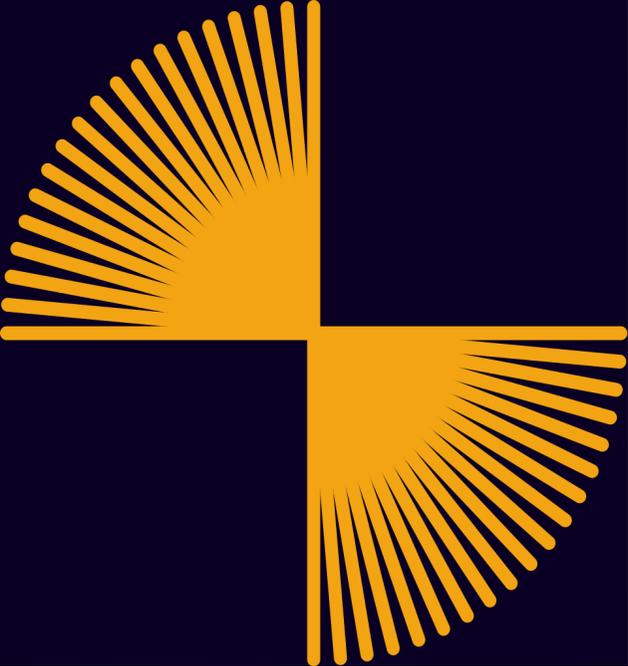
de investimento para uma economia de baixo carbono de países em desenvolvimento. Esse objetivo foi confirmado com o Acordo de Paris, em 2015, mas nunca alcançado. Enquanto alguns países desenvolvidos enfrentam desafios financeiros como crise energética, aumento do custo de vida e perspectivas de recessão, há necessidade de se manter a prioridade do financiamento climático.

Um dos principais desafios, contudo, segue sendo definir o que é



investimento climático. O Grupo Africano, por exemplo, responsável por defender os interesses do continente nas negociações, argumenta que os investimentos atuais de países ricos nas economias emergentes não devem ser contabilizados nos US\$ 100 bilhões se não se referem a investimentos expressamente climáticos. Outros países defendem que financiamento climático seja definido apenas por doações, desconsiderando empréstimos do cálculo.





Estabelecer metas mais ambiciosas de financiamento climático para 2025, estabelecer um plano objetivo e tangível de como alcançar essas metas e mobilizar diversos setores da sociedade – incluindo o setor privado – para alavancar os investimentos públicos na ordem dos trilhões: essas são algumas das medidas que se espera negociar na COP27.

FINANCIAMENTO PARA ADAPTAÇÃO

Segundo o último relatório do IPCC, as mudanças climáticas já causaram danos



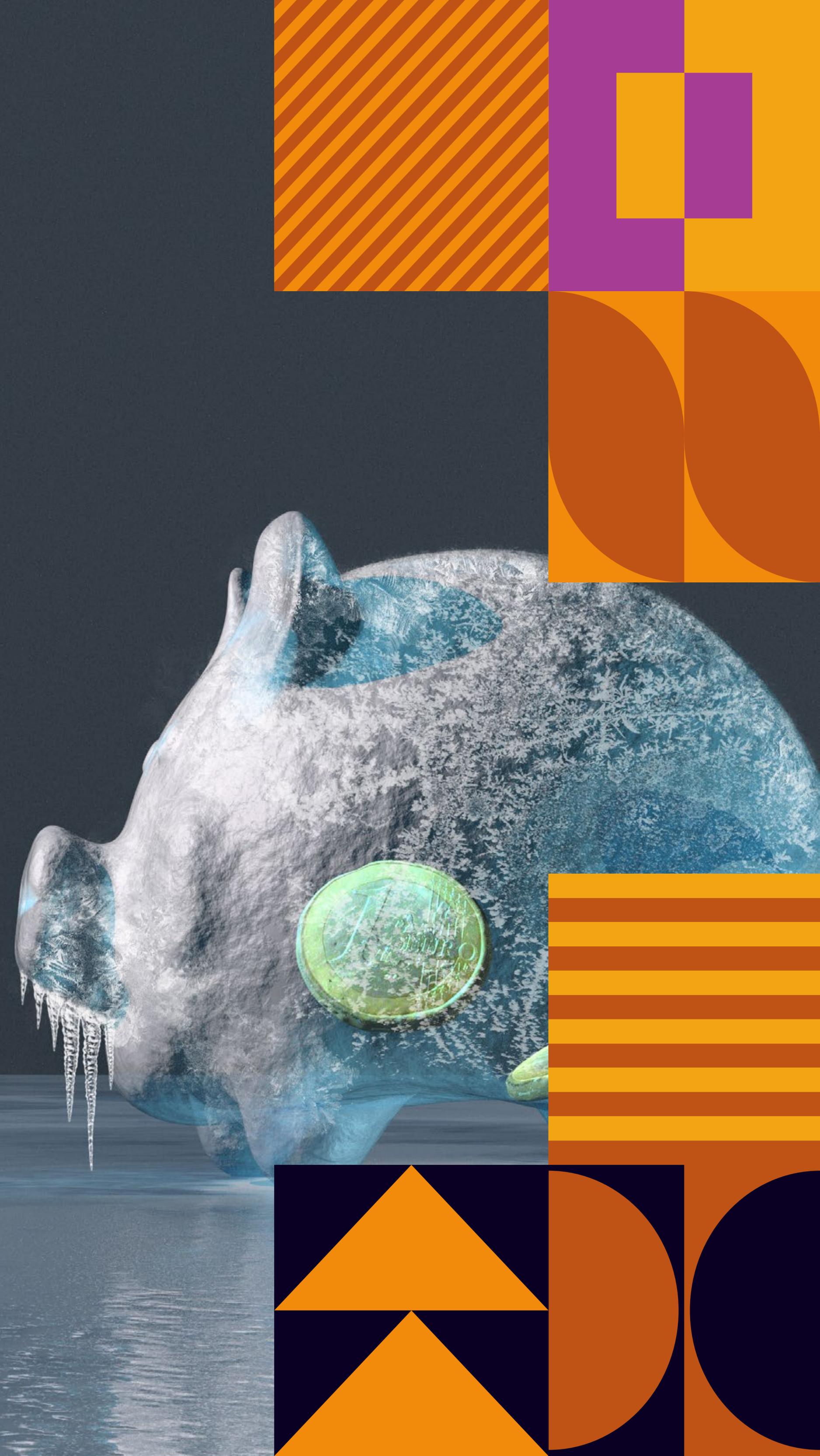
substanciais e perdas em todos os ecossistemas com impactos maiores que os anteriormente previstos. A necessidade de adaptar as mudanças climáticas atinge mais fortemente os países em desenvolvimento, e não é à toa que a COP africana colocará ênfase no tema. A maioria dos investimentos climáticos globais ainda está concentrada em ações de mitigação. De acordo com o CPI, apesar de um substancial aumento de investimentos em adaptação – que cresceu até 53% entre



2019/2020 se comparado com o biênio anterior –, eles representam apenas 9% do financiamento climático global.

O grande tema de debate na COP27 será sobre como viabilizar a criação de um objetivo global de adaptação (GCA) que auxilie em metrificar o progresso na área. Enquanto mitigação tem parâmetros claros de redução de emissões, adaptação não conta com uma métrica global. Espera-se que a COP27 possa evoluir sobre temas como o escopo





da meta, dados e métricas e metodologias.

O PAPEL DO SETOR PRIVADO

Finalmente, a COP26 teve um grande trunfo: o lançamento da Aliança Financeira de Glasgow para Zero Emissões Líquidas (ou GFANZ, no acrônimo em inglês). Composta por organizações responsáveis por ativos financeiros no valor de US\$ 130 trilhões, o GFANZ quer incentivar que instituições financeiras se comprometam a alinhar suas atividades com o





compromisso de manter o crescimento da temperatura global em 1,5 °C.

O GFANZ expandiu fortemente seu número de membros, abriu um escritório na África para aumentar a atuação no continente e deve publicar em breve um manual de melhores práticas para empresas do setor financeiro que querem se comprometer. Há, contudo, analistas que mostram que bancos estão preocupados com as consequências jurídicas de compromissos voluntários, e



estão repensando sua atuação na Aliança. Cabe à COP27 surfar o bom momento e manter o interesse do setor privado em se comprometer.

Durante os últimos 30 anos, o mundo discutiu como responder a mudanças climáticas e como pagar por essa mudança. Hoje, a COP27 será bem-sucedida se o debate se voltar mais para a ação.

102

*PRISCILLA NEGREIROS É GERENTE DE FINANCIAMENTO CLIMÁTICO NO CLIMATE POLICY INITIATIVE



ELE BUSCA SOLUÇÕES PARA AS CIDADES

✎ POR NICOLE GASPARINI



Já imaginou enfrentar os desafios ambientais sem comprometer o crescimento econômico? Este pode ser um dos maiores paradigmas que as sociedades, o setor público e privado enfrentam na hora de investir em soluções para descarbonizar operações e indústrias. Existe um embate que contrapõe a narrativa dos ambientalistas à de muitos tomadores de decisão, que muitas vezes não enxergam que investir em tecnologias limpas também pode alavancar os seus negócios.

Esta é a proposta da Solar Impulse Foundation, uma



organização sem fins lucrativos que busca impulsionar soluções eficientes e que sejam igualmente limpas e lucrativas. Em 2003, a organização nasceu na Suíça, criada pelo psiquiatra Bertrand Piccard, quando ele desenvolveu e pilotou o primeiro avião a dar a volta ao mundo sem combustíveis fósseis.

“Meu objetivo sempre foi provar que as energias limpas podem alcançar o impossível. Depois que conquistamos esse recorde, decidi continuar promovendo tecnologias que sejam carbono neutras para desenvolver grandes e lucrativos projetos”,

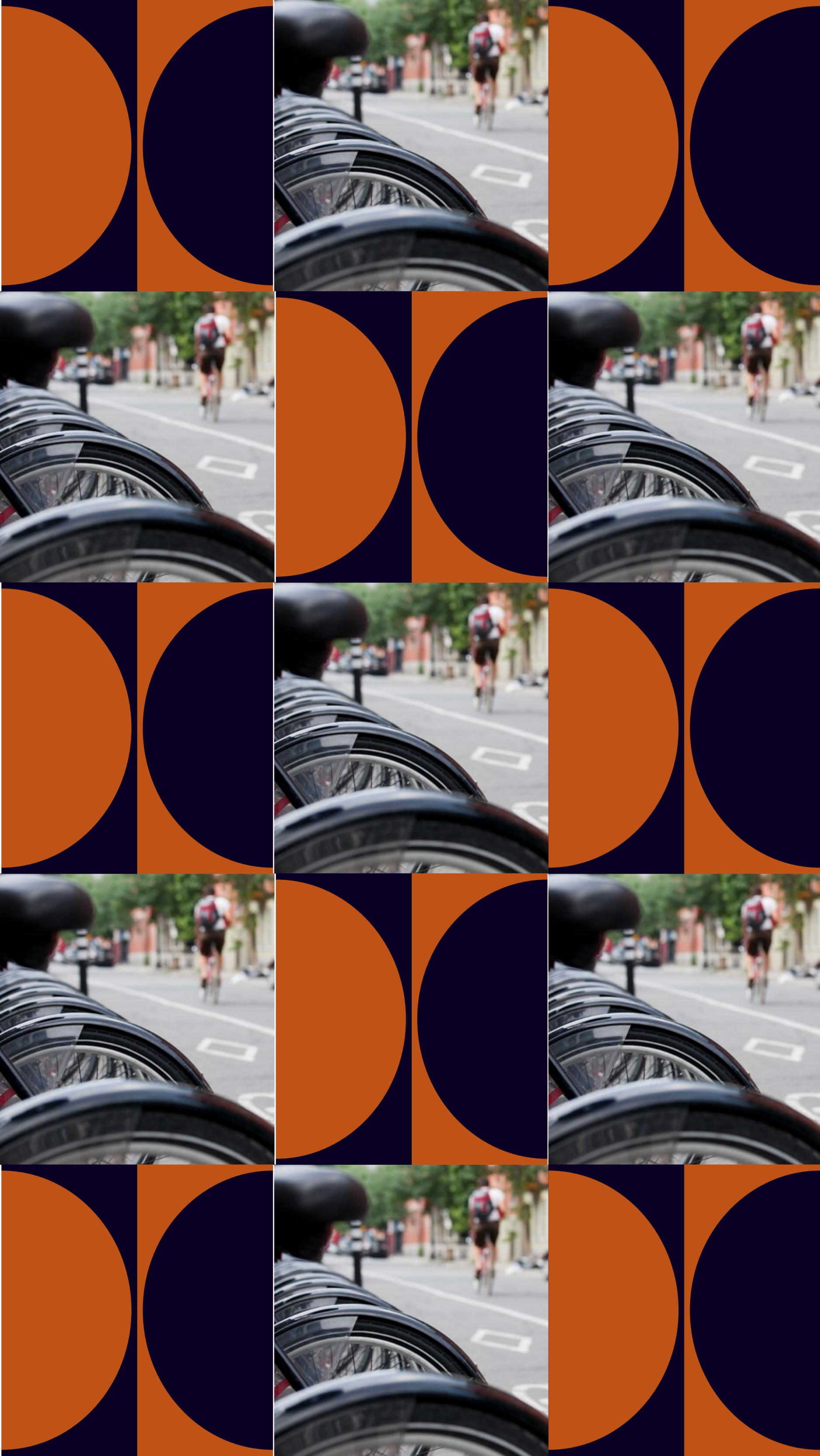


afirma o psiquiatra, explorador e presidente da fundação.

Em abril de 2021, a fundação passou a reconhecer soluções que trabalham com energia limpa e que também contribuem para a economia dos países a partir do selo Solar Impulse Efficient Solution.

“Lançamos este desafio na COP22 e todos disseram que seria impossível, mas ano passado comprovamos a existência de um enorme número de soluções tecnológicas que protegem o meio ambiente de forma economicamente rentável”, afirma Piccard.





Essas soluções representam sistemas, dispositivos, produtos, materiais e fontes de energia nas indústrias de mobilidade, construção, energia e agricultura.

“Conciliar a ecologia com a economia não é apenas possível, é a coisa óbvia a fazer. É preciso falar a mesma língua das pessoas que desejamos convencer, que estão focadas em gerar empregos e fazer dinheiro. Mas é possível termos isso enquanto promovemos o bem-estar das pessoas e do planeta, a partir de um ciclo virtuoso onde a narrativa e as ações



acompanham a mesma lógica. É um ganha-ganha”, conclui.

Hoje, já são quase 1,5 mil soluções que receberam este selo, e Piccard estará na COP27 para apresentar o lançamento inédito de mais uma conquista da organização: o “Guia de Soluções para Cidades”, que pretende ajudar a desbloquear o potencial das cidades que são um terreno fértil para inovações limpas.

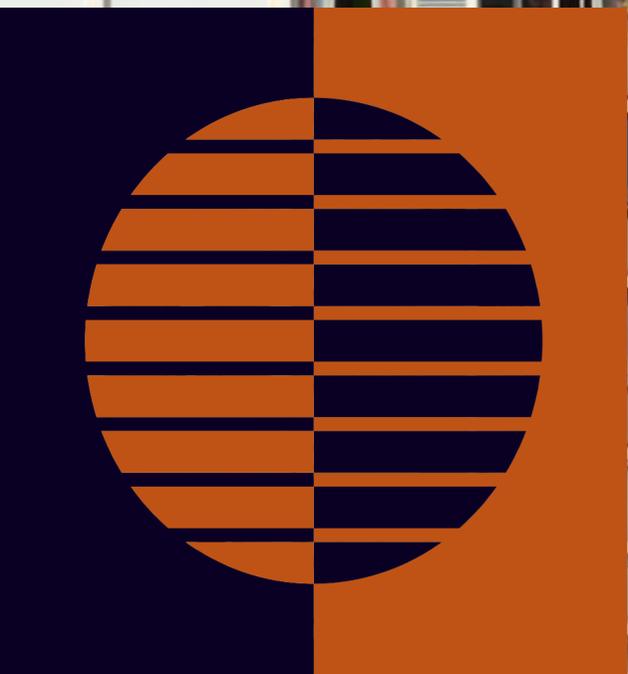
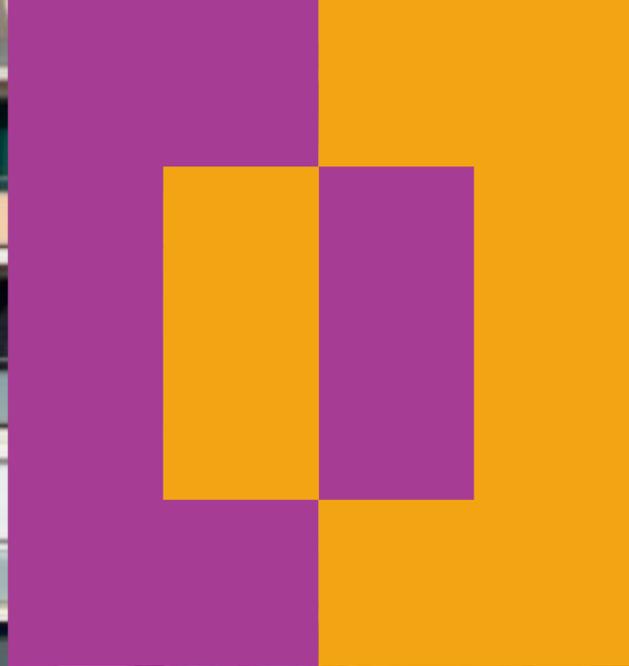
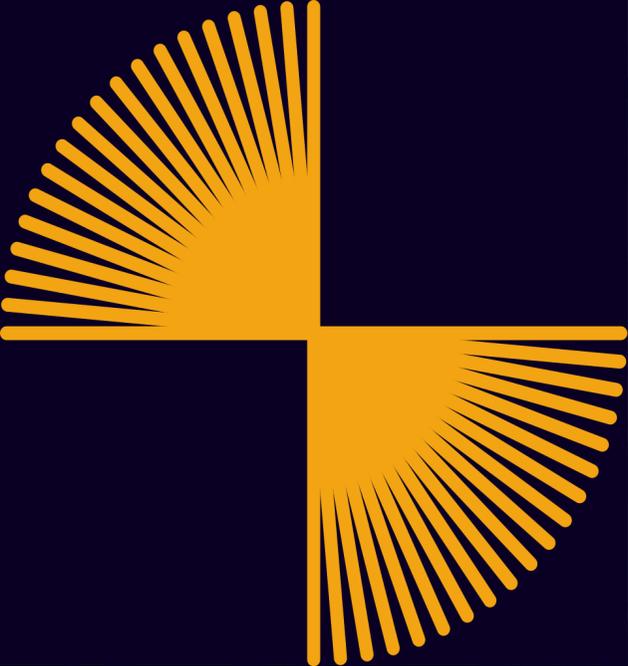
“75% do CO₂ emitido no mundo é proveniente dos centros urbanos. Sabemos que, se o problema está concentrado em um lugar, é porque as solu-



ções também estão concentradas nesses territórios. Muitas cidades estão adotando medidas ambiciosas de se tornarem carbono neutras, mas elas não sabem como começar. Nosso trabalho auxilia também neste sentido”, explica o psiquiatra.

A fundação estudou os maiores desafios que tornam as cidades extremamente poluentes, e separou neste relatório soluções para cinco categorias: edifícios e construção, geração de energia, mobilidade, gestão de resíduos e água. A organização chegou a 200 soluções ao redor do mundo que são escalá-





veis e rentáveis e que promovem a descarbonização. O relatório aponta para o papel do setor privado como motor propulsor para investir nessas tecnologias, mas também aponta caminhos que devem ser adotados pelos governos para tornar esta transição possível.

Além disso, o portfólio de casos apresentados aponta para as melhores estratégias para cada obstáculo, com as respostas das cidades que já implementaram soluções eficientes e que garantem crescimento econômico limpo.

Segundo Piccard, investir



na modernização pode parecer um investimento caro à primeira vista, mas os benefícios adquiridos por uma tecnologia mais eficiente, que gasta menos, polui menos e gera menos resíduos também fará com que haja um ganho econômico a médio e longo prazo. “Precisamos de incentivos dos governos para abrir espaço para que essas novas tecnologias entrem e substituam as velhas. Não adianta construirmos, por exemplo, novos prédios utilizando sistemas ultrapassados, ineficientes e poluentes, muito menos continuar com os mesmos sistemas



de aquecimento e de refrigeração dos prédios”, afirma.

Com a apresentação do guia durante a COP27, Piccard espera que os tomadores de decisão percebam como é possível implementar essas soluções limpas sem que haja uma perda econômica no caminho. “Espero que os países presentes percebam que podem se comprometer com NDCs mais ambiciosas e aumentar suas metas, porque estarão diante de inúmeras soluções para tornar seus objetivos de descarbonização alcançáveis, escaláveis e que melhorarão suas economias. Também precisa-





mos da mídia junto com a gente nesse esforço coletivo, para que mais pessoas, empresas e instituições saibam da existência dessas soluções. Se elas ainda não estão sendo implementadas por todos os cantos é porque as pessoas ainda não as conhecem”, ressalta.

A fundação também aceitou um novo desafio ao conversar com Yasmine Fouad, a ministra do Meio Ambiente do Egito, país que sediará o evento. A Solar Impulse Foundation está desenvolvendo um relatório focado em soluções para os países subdesenvolvidos e em





desenvolvimento, já que muitos desses desafios se diferenciam das soluções necessárias para aqueles já desenvolvidos.

Até agora, a organização acumulou cem iniciativas para esta frente, e está em fase de análise com os 700 especialistas responsáveis por decidir quais projetos terão o selo. Este relatório também será lançado durante o evento – a organização já fez algo parecido para a Escócia na COP26, em 2021.

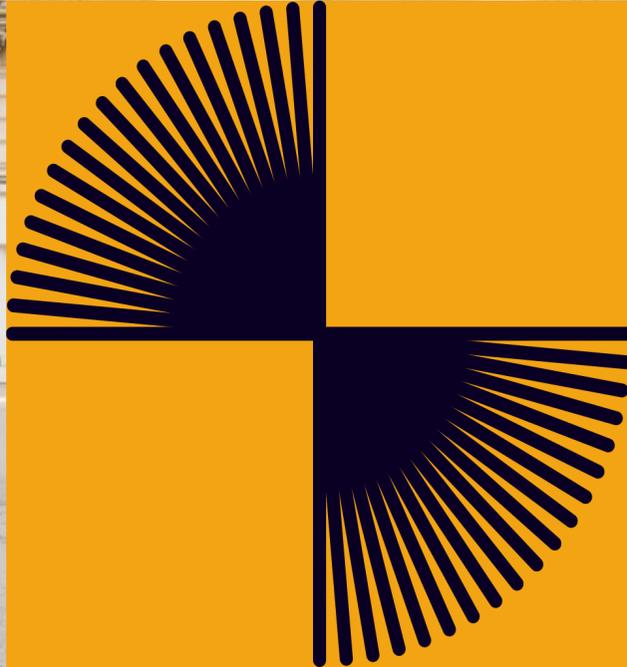
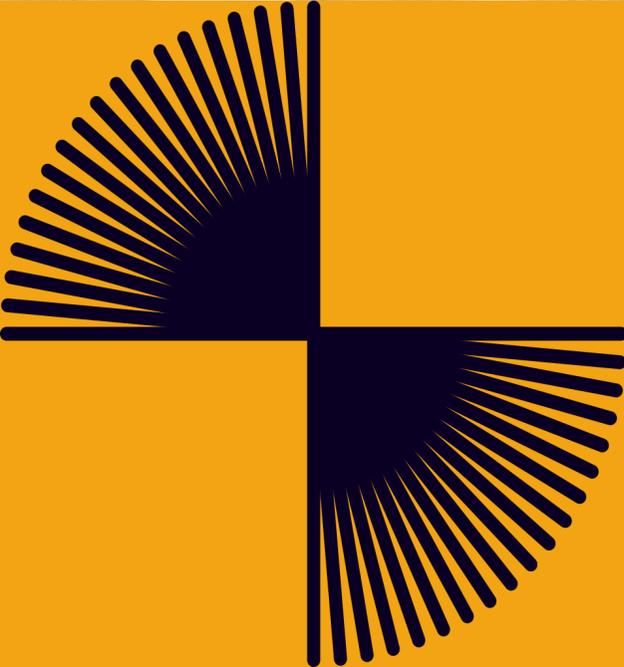
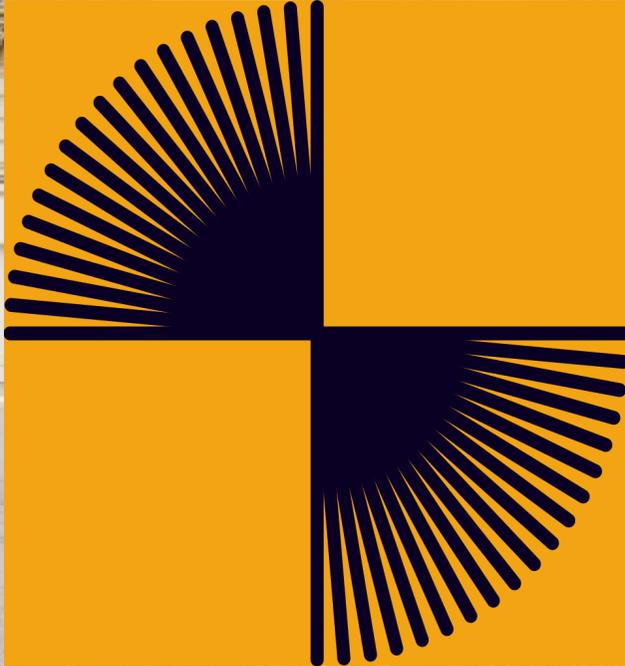
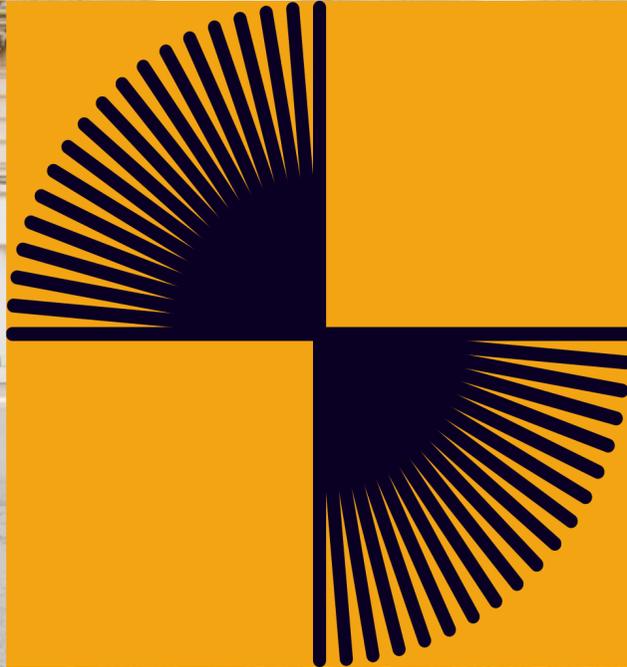
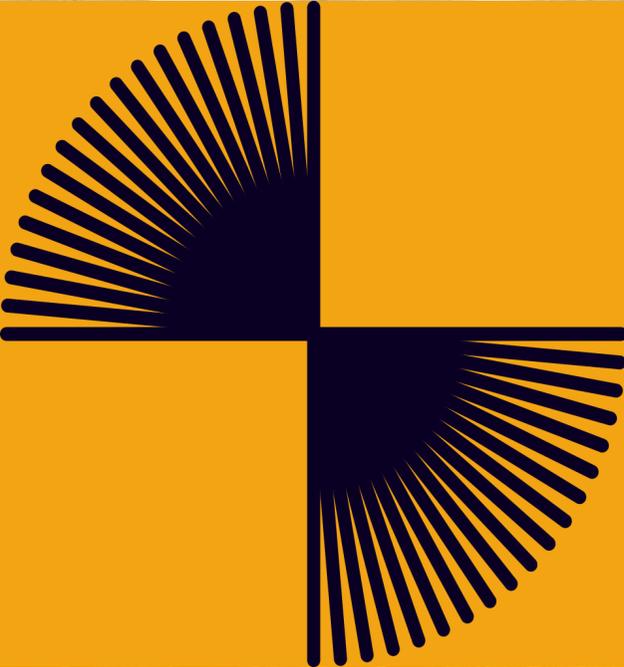
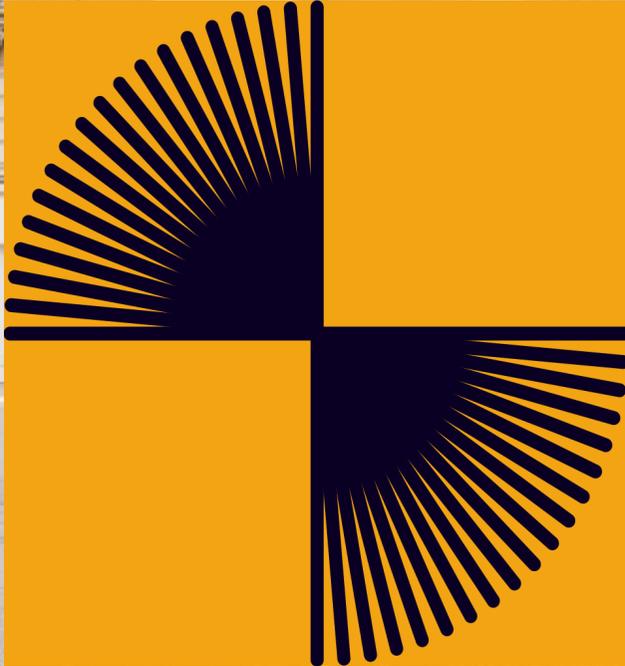
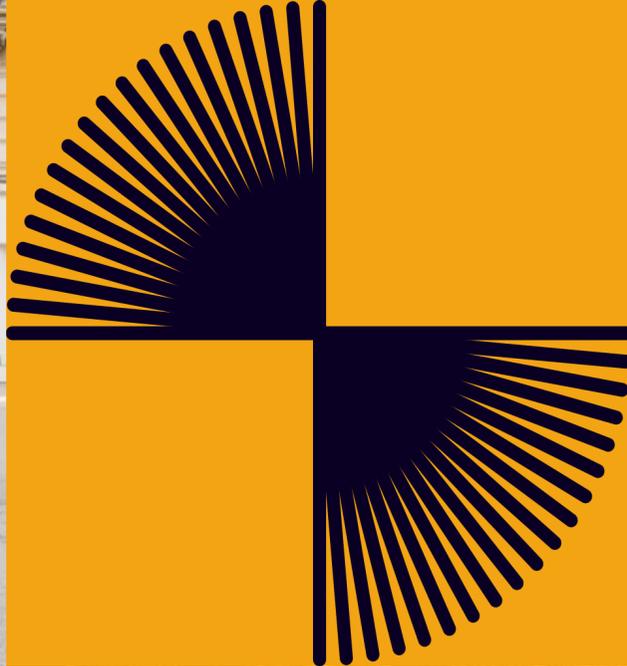
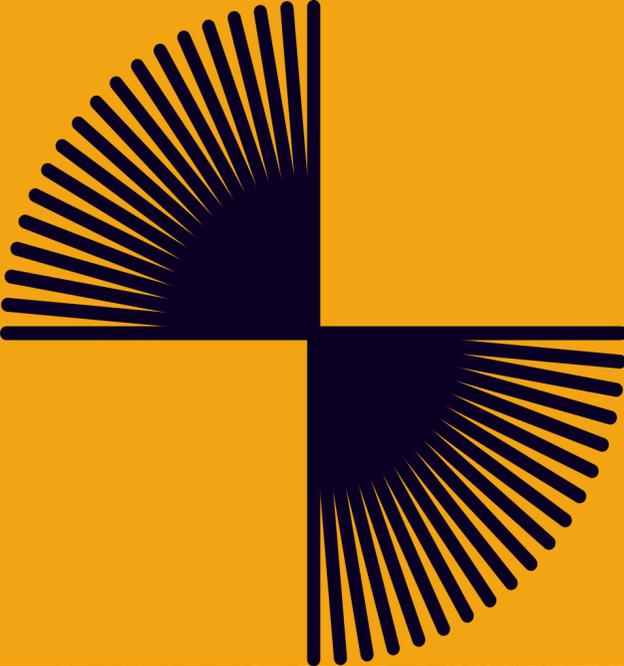
Piccard afirmou que o mesmo poderia ser feito para o Brasil ou para qualquer estado ou cidade que busque a organi-



zação para orientar na implementação de soluções limpas e lucrativas. “Nós trabalhamos publicando guias para empresas, governos, cidades e países que fornecem aos tomadores de opinião as ferramentas necessárias para estratégias ambientais ambiciosas. Nós também auxiliamos ao longo desse caminho, definindo roteiros de ação e implementação para alcançar essas metas”, explica.

Para o empreendedor, explorador e psiquiatra, que também foi a primeira pessoa a dar uma volta ao mundo de balão sem pausas, não existe nada im-





possível, todas as limitações estão em nossa mente. “Quase sempre somos prisioneiros de nossos hábitos, pensamentos, dogmas, e isso faz a gente acreditar que existe um único caminho a ser seguido. Isso nos afasta de outras soluções e possibilidades. Quando mudamos nossa visão e nossas narrativas, encontramos novas respostas e direções. Tudo é possível”, conclui.



RUMO À COP15 NO CANADÁ

 POR VANESSA OLIVEIRA



Enquanto os olhos do mundo se voltam aos efeitos socioeconômicos de enchentes, secas, furacões e outros eventos climáticos cada vez mais frequentes e extremos, e os governos discutem soluções para frear o aquecimento global, há uma infinidade de seres que seguem em risco no reino vegetal e animal. Um clima equilibrado é essencial para sustentar todas as formas de vida na Terra, não apenas nós,



humanos.

Assim como o clima, a biodiversidade, essa teia vital da qual dependemos para tantos fins – produção de alimentos, água, remédios, vivência cultural, crescimento econômico, entre outros – também sustenta nosso bem-estar. Mas as mudanças induzidas pelas mentes e as mãos do Homo sapiens no último século foram tão profundas e vastas que fizemos algo inédito: deixamos nossa impressão digital na Terra,



a ponto de ganharmos uma era geológica própria – o Antropoceno.

Esse período recente da nossa história não funda um presente e futuro positivos para a vida. Pelo contrário: os homens são os principais responsáveis pela sexta extinção em massa e pela emergência climática, que precisamos enfrentar dentro de uma geração sob pena de sofrer seus efeitos mais nefastos. Em um processo de mão dupla, as mudanças





no clima são um dos principais fatores de perda de biodiversidade, e a devastação no reino animal e vegetal, ao seu turno, prejudica nossa resiliência.

A destruição dos ecossistemas mina a capacidade da natureza de regular as emissões de gases de efeito estufa (GEEs) e de nos proteger contra condições climáticas extremas.

Isso explica por que as duas crises devem ser enfrentadas em



+3 °C

**41% dos mamíferos
perderão metade
de seu hábitat caso
a temperatura
aumente mais de
3 graus Celsius**

+2 °C

**8% dos mamíferos
perderão metade de
seu hábitat em caso
de alta de mais de
2,0 graus Celsius**

+1,5 °C

**4% dos mamíferos
perderão metade de
seu hábitat em caso de
alta de mais de
1,5 grau Celsius**



128

conjunto com políticas integrativas, que abordem ambas as questões simultaneamente e não isoladamente. O tempo é curto. Estima-se que até 1 milhão de espécies estejam ameaçadas pelo risco de extinção, enquanto ecossistemas únicos, como partes da floresta amazônica, estão se transformando de sumidouros de carbono para fontes emissoras, com o avanço do desmatamento.



CLIMA E BIODIVERSIDADE: É HORA DE TOMAR PARTIDO

✍️ POR MARINA GROSSI*



130

Clima e biodiversidade são duas agendas intimamente ligadas, e ambos os temas serão alvos de discussão nas Conferências das Partes (COPs) das Nações Unidas até o final do ano. Sharm El-Sheikh, no Egito, sediará a 27ª Conferência sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas, a COP27, entre os dias 6 e 18 de novembro; no mês seguinte, entre os dias 5 e 17, Montreal, no Canadá, receberá as





delegações dos países para a 15ª Conferência sobre Biodiversidade, a COP15.

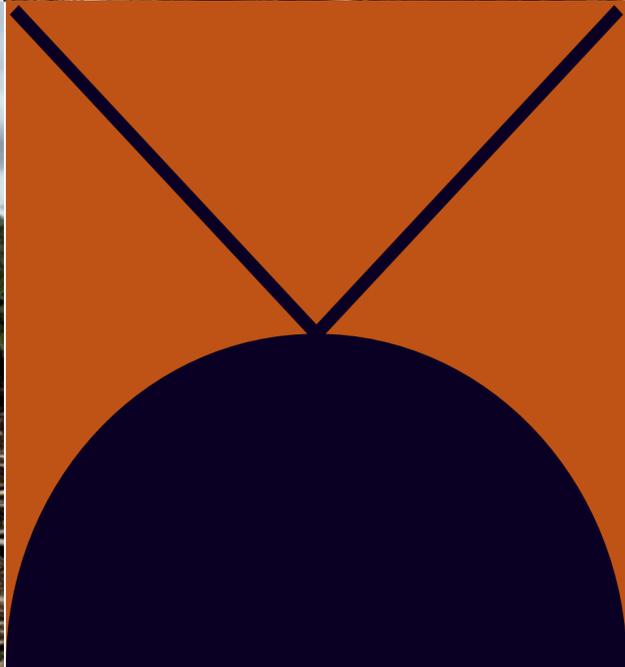
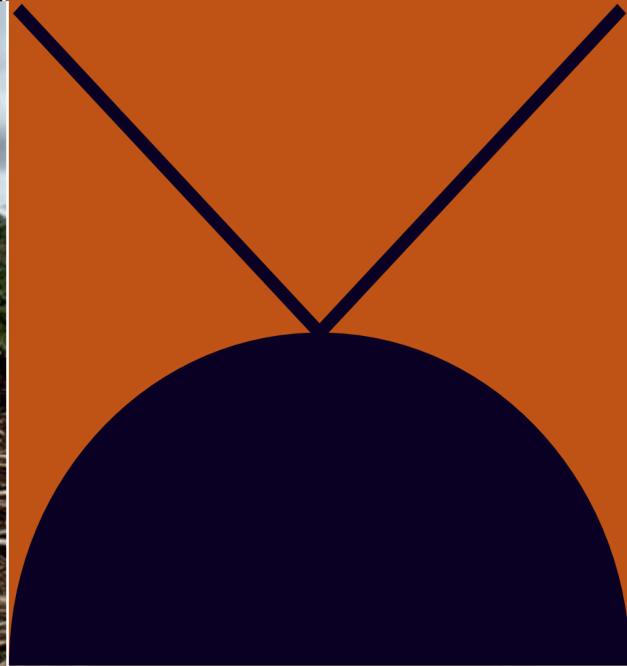
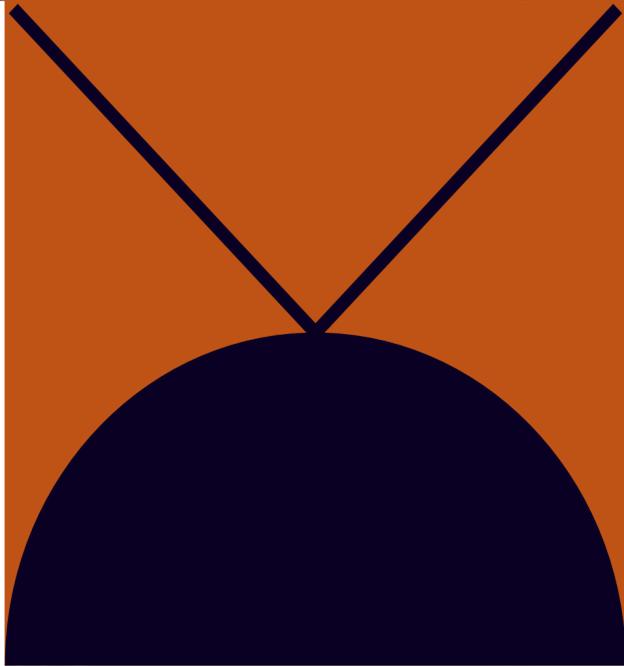
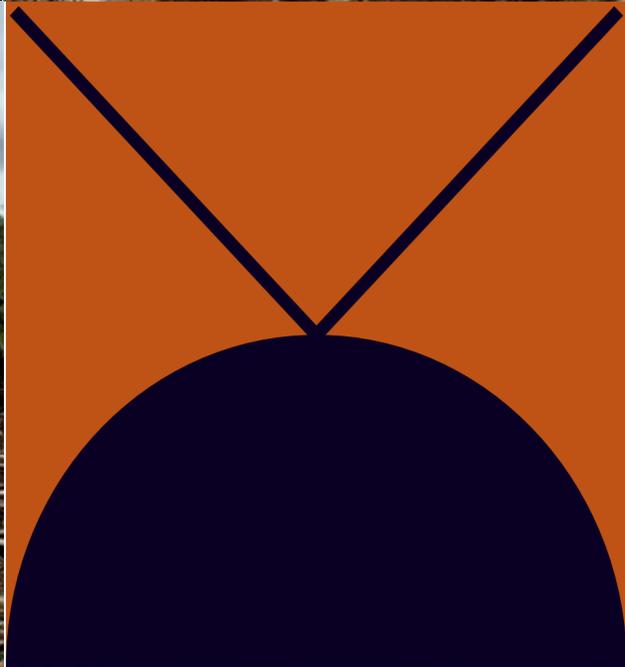
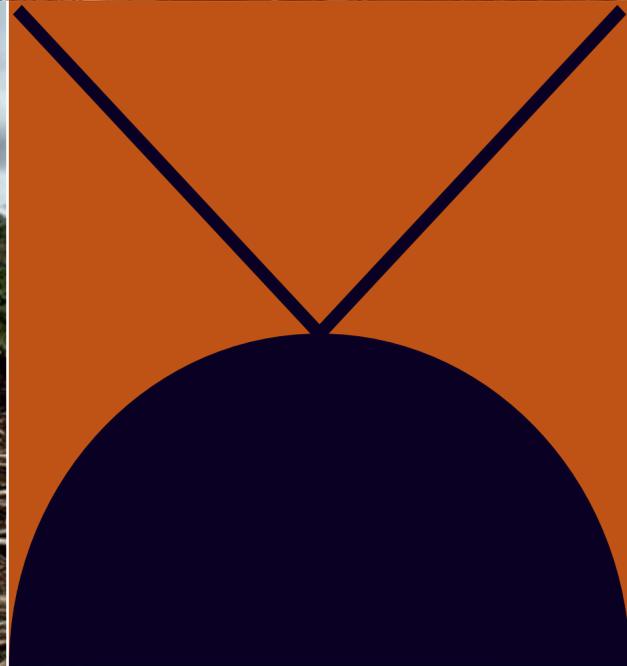
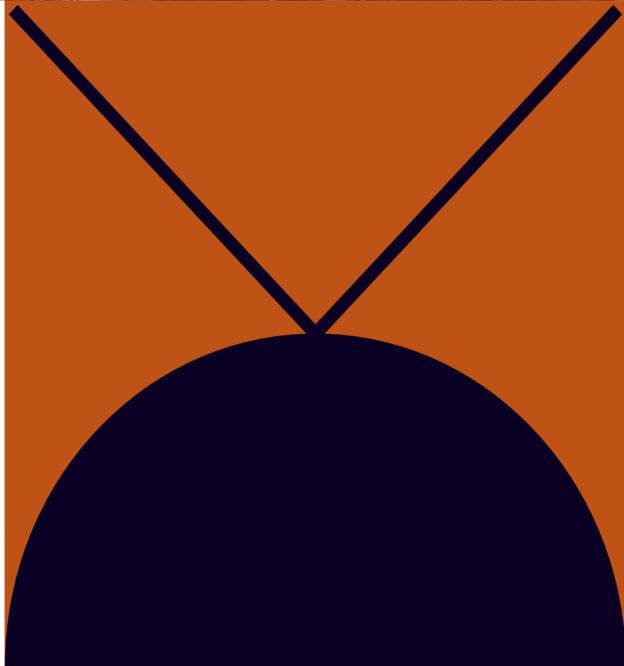
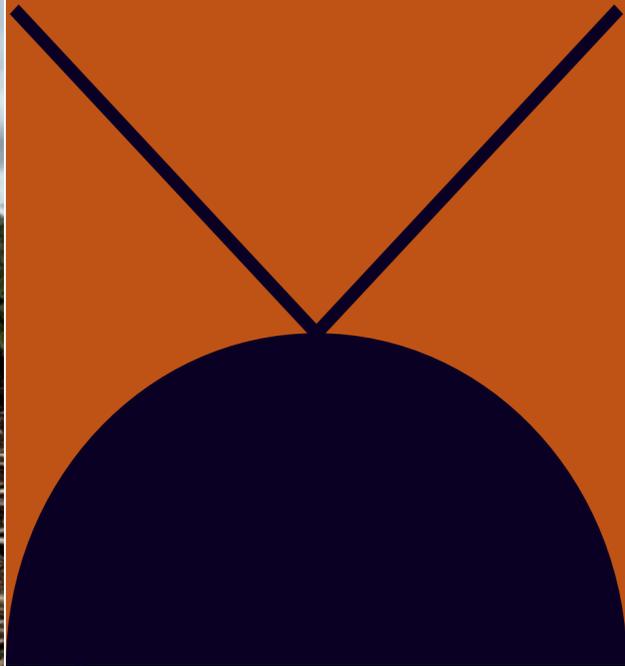
A primeira ocorre após os países terem assumido compromissos ambiciosos rumo à neutralidade de carbono na cúpula do ano passado, em Glasgow, Escócia; o encontro será marcado pela necessidade de implementação dos objetivos assumidos e pela busca por mecanismos de financiamento para a transição para a economia de baixo



carbono, especialmente para os países em desenvolvimento.

Já a COP15, que será realizada após dois anos de atraso e mudança de sede – da China para o Canadá, em razão da pandemia de covid-19 –, vai tratar da alarmante perda da biodiversidade, que já custa à economia global 10% de sua produção anual, de acordo com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).





134

Nela, 196 países-membros da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) vão buscar concluir as negociações de 21 metas do novo Marco Global para a Biodiversidade, que deverão ser cumpridas até 2030. Outros objetivos do encontro são eliminar subsídios danosos à natureza e adotar uma abordagem regenerativa dos ecossistemas, de modo que haja mais vida selvagem no planeta ao



final desta década do que havia em 2020.

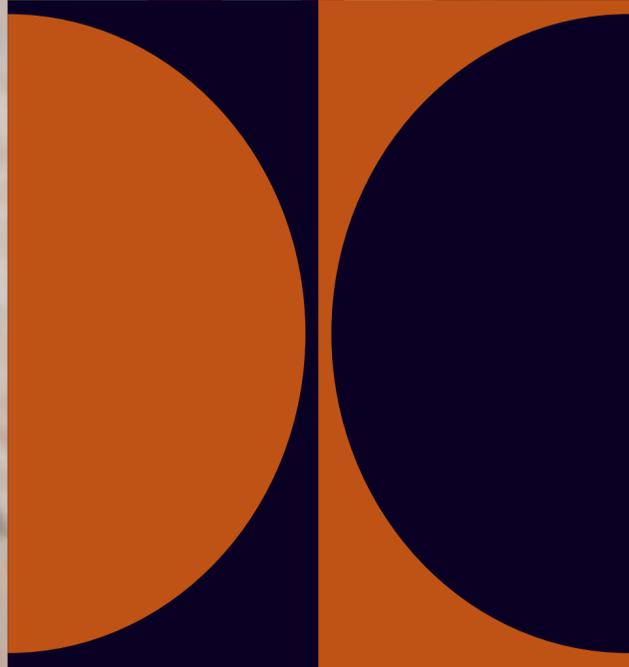
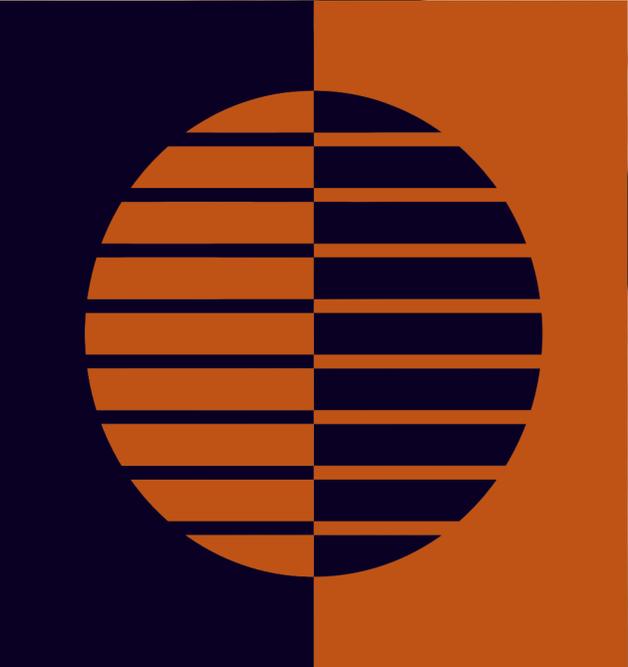
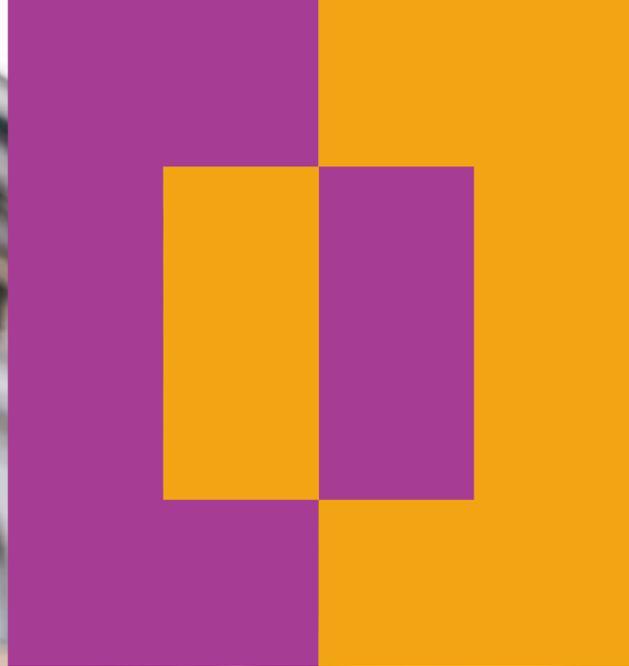
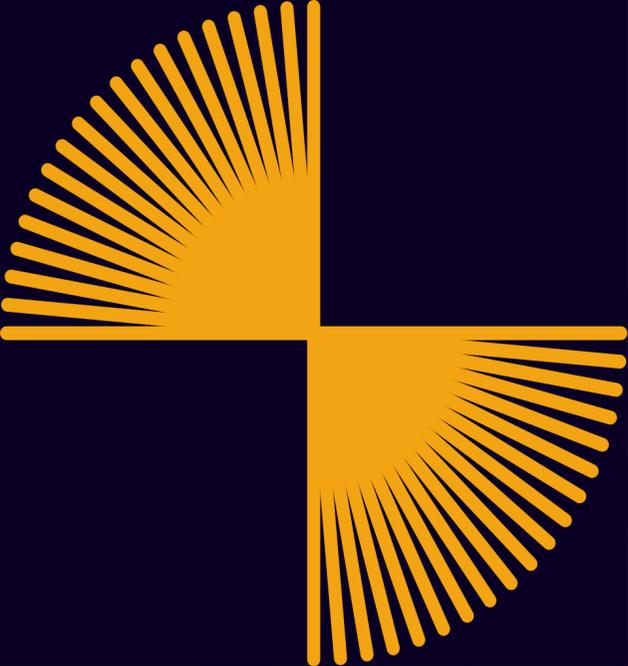
As duas conferências ocorrem em um cenário internacional conturbado. O mundo mal se recuperava do impacto da pandemia quando eclodiu a guerra Rússia-Ucrânia, e agora, passados mais de oito meses do conflito, o mundo vive um cenário de choques de oferta, insegurança energética e alimentar, que gera pressões inflacionárias e um risco real de uma



recessão global em 2023.

Países europeus, muito dependentes dos combustíveis fósseis de origem russa, dão passos atrás nas suas metas de descarbonização ao aumentar a utilização de carvão como substituto energético. Além disso, as pressões sobre a biodiversidade afetam a qualidade de vida na Terra e também os negócios: mais da metade da produção mundial – US\$ 44 trilhões de geração





de valor econômico – é moderada ou altamente dependente da natureza.

A participação do Brasil nesses encontros internacionais é uma oportunidade de exposição das potencialidades do país na economia verde, regenerativa e de baixo carbono. As estratégias que envolvem clima e biodiversidade são indissociáveis, visto que a conservação de nossos biomas, em especial a Amazônia, é condição sine



qua non para o alcance de nossos compromissos climáticos, pois 44% das nossas emissões de gases de efeito estufa provêm de mudanças no uso da terra, especialmente desmatamento.

139

E, quaisquer que sejam os rumos das discussões que serão tratadas na COP da Biodiversidade, em Montreal, o país já sai na frente tanto por ser o país mais biodiverso do mundo, quanto por já contar com um arcabouço



legal doméstico que trata da questão – no caso, a lei Nº 13.123/15, que regula o acesso ao patrimônio genético e conhecimentos tradicionais associados, além da repartição de benefícios.

140

Estamos diante, porém, de um grande desafio, que é corrigir a rota que nos tem afastado de cumprir nossos objetivos assumidos no Acordo de Paris. Os índices de desmatamento seguem elevados – de abril até





142

setembro, mais de 7,6 mil km² de floresta amazônica foram ao chão, com quatro meses seguidos com mais de 1.000 km² desmatados, segundo dados dos satélites do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Sem debelar a perda de nossos biomas, o Brasil não vai conseguir reduzir as emissões de gases de efeito estufa nem obter vantagens econômicas do uso sustentável da biodiversidade.



143

O setor empresarial propõe a redução do desmatamento em 15% ao ano em 2023 e 2024, e em 40% ao ano no biênio 2025/2026, tendo como base os índices de 2022. Essa recomendação está expressa na Carta Aberta aos Presidenciáveis, documento que nós, do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável, enviamos para os principais candidatos à Presidência, repetindo o



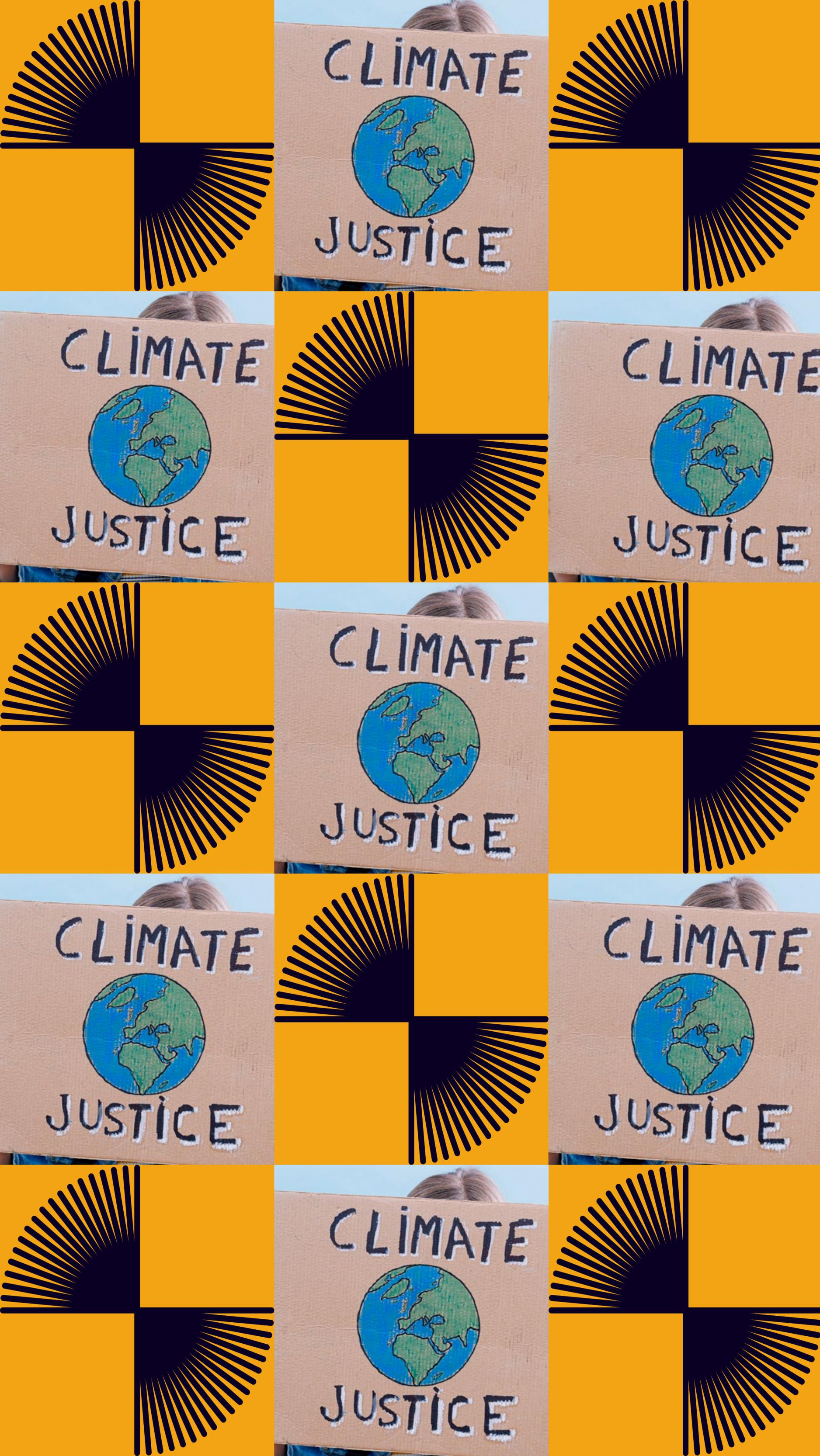
esforço de contribuir para que a temática de clima e sustentabilidade faça parte do debate eleitoral, como temos feito desde o pleito de 2014.

Acreditamos

144

que a agenda do desenvolvimento sustentável é estratégica para o Brasil, partidária, e deve pautar as decisões dos próximos governos, seja no âmbito federal ou das administrações estaduais. Mas é preciso tomar posição agora – e





CLIMATE
JUSTICE



CLIMATE
JUSTICE



CLIMATE
JUSTICE



CLIMATE
JUSTICE



CLIMATE
JUSTICE



CLIMATE
JUSTICE



CLIMATE
JUSTICE



as COPs, tanto de clima quanto de biodiversidade, são espaços fundamentais para que o Brasil mostre ao mundo, de verdade, qual o caminho que deseja trilhar.

146

*MARINA GROSSI É PRESIDENTE DO CEBDS (CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL), ENTIDADE COM 100 EMPRESAS ASSOCIADAS CUJO FATURAMENTO SOMADO EQUIVALE A QUASE 50% DO PIB BRASILEIRO



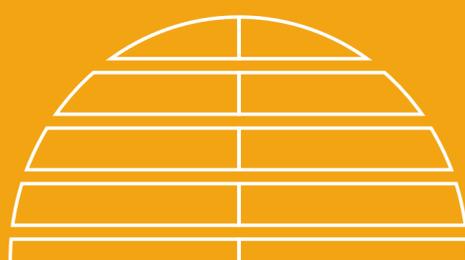


ENTRE NO CLIMA COM O UM SÓ PLANETA

É fã de podcast e quer estar sempre por dentro dos melhores bate-papos sobre clima, sustentabilidade e uma vida mais leve? Então siga o podcast Entre no Clima, no Spotify, e venha fazer parte dessa grande rede que não para de crescer. Um Só Planeta também está no Instagram, Twitter, LinkedIn e Facebook. Corre lá!

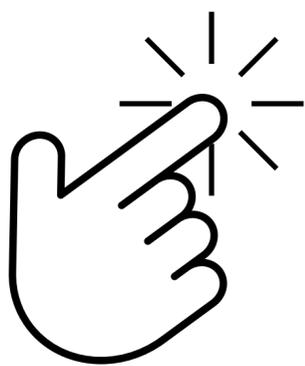


PODCAST ENTRE NO CLIMA





umsoplaneta.globo.com



#UMSOPLANETA - o maior movimento editorial brasileiro para promover práticas sustentáveis e enfrentar a emergência climática.

PARCEIROS



APOIO



REALIZAÇÃO

